

RESULTADO 2T20



IBOVESPA



IBRX

Índice de
Energia
Elétrica **IEE**

Índice de
Governança
Corporativa Diferenciada **IGC**

Índice
Dividendos
BM&FBOVESPA **IDIV**

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado **ITAG**

Índice
Brasil Amplo
BM&FBOVESPA **IBRA**

Índice
Valor
BM&FBOVESPA **IVBX 2**

Índice
Small Cap **SMLL**

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2020

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento.

A partir do 2T20, a Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receitas e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a “Receita de construção” passou a ser “Receita de implementação de infraestrutura”, (ii) a “Margem de construção” passou a ser “Margem na implementação de infraestrutura” e (iii) o “Custo de construção” passou a ser “Custo de implementação de infraestrutura”.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório. A partir da aquisição da participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) na Brasnorte (vide Fato Relevante de 31 de maio de 2019), esta deixa de ser uma coligada da Taesa e passa a ser sua controlada, com participação acionária total de 88,376%. Dessa forma, a Companhia iniciou a consolidação dos resultados da Brasnorte a partir dessa data nas demonstrações de resultado da Taesa, com a segregação da participação dos não-controladores no lucro líquido da Companhia (11,624%). Ainda em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu a participação de 11,624% da Brasnorte detida pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A., passando a deter 100% do total das ações da Brasnorte (vide Fato Relevante de mesma data).

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

13 de agosto de 2020
quinta-feira
Brasília 11h00
Nova York 10h00

Tel.: + 55 11 3181 8565 ou
+55 11 4210-1803
Dial in: +1 412 717 9627
Senha: Taesa

Marco Antonio Resende Faria	Diretor Presidente e Jurídico-Regulatório (em exercício) e Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2.	RESUMO DO RESULTADO	7
3.	VISÃO GERAL	9
3.1.	Estrutura Societária	9
3.2.	Estrutura Societária TBE	10
3.3.	Estrutura Societária AIE.....	11
4.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
4.1.	Desempenho Operacional	12
4.2.	Ciclo da RAP 2019-2020	13
4.3.	Queda de 50% da RAP	14
4.4.	Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	16
4.5.	Receita Líquida IFRS	18
4.6.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	19
4.7.	EBITDA e Margem EBITDA IFRS	20
4.8.	Receita Líquida Regulatória.....	21
4.9.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	22
4.10.	EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	23
4.11.	Composição do EBITDA Regulatório	24
4.12.	Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	25
4.13.	Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	25
4.14.	Resultado Financeiro Líquido	26
4.15.	Impostos	28
4.16.	Lucro Líquido	31
4.17.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	34
4.18.	Endividamento	35
4.19.	Investimentos	37
4.20.	Projetos em Construção	37
4.21.	Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	40
4.22.	Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19.....	40
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	42
5.1.	Receita IFRS por Concessão	42
5.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	43
5.3.	DRE 2T20	44
5.4.	DRE TAESA 6M20.....	45
5.5.	DRE IFRS 2T20 (Subsidiárias).....	46
5.6.	DRE IFRS 6M20 (Subsidiárias)	47
5.7.	DRE Regulatório 2T20 (Subsidiárias).....	48
5.8.	DRE Regulatório 6M20 (Subsidiárias).....	49
5.9.	Reconciliação do EBITDA.....	50
5.10.	Balanço Patrimonial	51
5.11.	Fluxo de Caixa IFRS.....	52
5.12.	Fluxo de Caixa Regulatório.....	53

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA, RESILIÊNCIA E CONTINUIDADE OPERACIONAL EM MEIO À CRISE MUNDIAL

A pandemia da COVID-19 trouxe grandes desafios no primeiro semestre de 2020, impactando de forma substancial toda a economia global. Durante esse período, principalmente no segundo trimestre de 2020, a Taesa esteve totalmente comprometida com a saúde e segurança dos seus colaboradores e dos seus ativos integrantes do Sistema Interligado Nacional, mantendo as medidas de proteção recomendadas pelo Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos órgãos nacionais competentes.

Por conta da crescente expansão da pandemia, a Companhia intensificou os cuidados previamente implementados, mantendo as medidas de isolamento, o home-office para as áreas administrativas e o plano de contingência de operação e manutenção, e iniciou em maio o regime de confinamento dos operadores que atuam no Centro de Operação e Controle da Taesa por serem essenciais para a operação do sistema elétrico nacional.

Mesmo diante do cenário adverso, a Taesa, através da gestão eficiente do plano anual de operação e manutenção dos seus ativos, apresentou uma taxa de disponibilidade de 99,96% e uma Parcela Variável de 1,12% da RAP no primeiro semestre de 2020.

Vale destacar ainda que, mesmo com a complexidade e adversidade atual, a Companhia foi bem sucedida na integração dos novos ativos adquiridos no mercado primário e secundário. Não obstante, em 25 de maio de 2020, a Companhia concluiu a energização do empreendimento de Mariana. Assim, considerando os empreendimentos entregues (Mariana, Miracema, EDTE e os reforços da Novatrans) e aquisições concluídas recentemente (São João, São Pedro e Lagoa Nova), adicionamos uma RAP de R\$ 259,1 MM (ciclo 2020-2021).

Continuamos trabalhando para entregar os 6 empreendimentos em construção, cujos investimentos somam R\$ 3,2 bilhões com uma RAP de R\$ 567,5 MM (considerando apenas a parcela da Taesa). É importante ressaltar que, a Taesa realizou no primeiro semestre de 2020 investimentos no total de R\$ 695,3 MM, um incremento de R\$ 497,4 MM na comparação com o mesmo período de 2019. Cabe mencionar que, em função do alongamento da crise e de decretos de alguns municípios impondo paralisações e isolamento social, há uma desaceleração no andamento das obras, porém trabalhamos na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos empreendimentos.

Adicionalmente, a Taesa encerrou o 2T20 com uma sólida posição de caixa de R\$ 2,2 bilhões, em consequência de sua geração de caixa operacional e da captação de recursos no valor total de R\$ 900 MM em abril de 2020. Esse reforço de caixa representa uma importante medida alinhada ao seu pilar estratégico de disciplina financeira, que visa o cumprimento ordinário de suas obrigações contratuais, principalmente aquelas relativas a contratos de dívida. É importante ressaltar também que os níveis de inadimplência continuaram normais mesmo neste cenário econômico adverso e que continuaremos monitorando de perto os possíveis impactos da crise nos nossos negócios.

Em termos de resultado IFRS, a Taesa apresentou um sólido desempenho no 2T20, registrando um lucro líquido de R\$ 437,8 MM, 42,4% maior que o registrado no 2T19, impulsionado pelos maiores investimentos, pelas aquisições recentes, pela entrada em operação de novos ativos e pela redução das despesas financeiras líquidas. Já no resultado regulatório, a Companhia registrou um crescimento anual de 7,1% da receita líquida regulatória e de 2,4% do EBITDA regulatório, revertendo a tendência de queda dos últimos anos, explicado também pelas aquisições recentes e entrada em operação dos novos empreendimentos, que superaram a queda da RAP das concessões de categoria 2.

Com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020, o Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de R\$ 279,3 MM (R\$ 0,81 / Unit) entre dividendos intercalares e

juros sobre capital próprio, e o pagamento ocorrerá no dia 26 de agosto de 2020, a partir da data-base de 17 de agosto de 2020.

Por fim, a Taesa vem avançando na comunicação de suas práticas relacionados aos temas Ambiental, Social e de Governança (ASG), visando criar iniciativas e identificar oportunidades de uma comunicação clara das atuações socioambientais e de governança vigentes da Taesa, além de buscar um avanço contínuo de melhores práticas ASG. Assim, reforçamos nosso foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos nossos acionistas, ratificando o nosso compromisso, em meio a essa crise mundial, de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente e os nossos stakeholders.

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Receita Líquida IFRS	755,7	427,5	76,8%	1.446,1	769,7	87,9%
Lucro Líquido IFRS	437,8	307,4	42,4%	802,0	467,0	71,7%
Receita Líquida Reg.	385,7	360,2	7,1%	758,5	722,9	4,9%
EBITDA Reg.	316,8	309,4	2,4%	629,5	620,3	1,5%
Margem EBITDA Reg.	82,1%	85,9%	-3,8 pp	83,0%	85,8%	-2,8 pp
Dívida Líquida	4.433,5	2.495,5	77,7%	4.433,5	2.495,5	77,7%
Dividendos e JCP Pagos	303,5	153,9	97,2%	303,5	153,9	97,2%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Receita Líquida Reg.	498,6	470,7	5,9%	980,6	1.061,8	-7,6%
EBITDA Reg.	416,3	405,6	2,6%	825,4	939,7	-12,2%
Margem EBITDA Reg.	83,5%	86,2%	-2,7 pp	84,2%	88,5%	-4,3 pp
Dívida Líquida	5.024,1	2.831,9	77,4%	5.024,1	2.831,9	77,4%
Dívida Líquida/EBITDA	3,3	1,8	83,3%	3,3	1,8	83,3%

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 437,8 MM no 2T20, registrando um aumento de 42,4% (+R\$ 130,4 MM) em relação ao 2T19, explicado por:
 - (i) Crescimento da margem de implementação de infraestrutura em razão dos maiores investimentos nos empreendimentos em construção, afetando positivamente tanto a receita de implementação (+133,8 MM) quanto a equivalência patrimonial (+43,0 MM);
 - (ii) Redução de R\$ 43,1 MM nas despesas financeiras líquidas, resultado principalmente da deflação acumulada do IPCA registrada no trimestre;
 - (iii) Consolidação dos resultados das aquisições recentes de São João, São Pedro, Lagoa Nova, dos 3 lotes do leilão da Eletrobras (Brasnorte, Transmineiras e ETAU), da conclusão dos reforços da Novatrans, e da entrada em operação das concessões de Miracema e Mariana, adicionando aproximadamente R\$ 25 MM no lucro líquido do trimestre;
 - (iv) Os efeitos acima foram compensados em parte por:
 - a. Redução de R\$ 39,8 MM na correção monetária em função dos menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados; e
 - b. Maiores custos e despesas operacionais, ex-implementação, em função principalmente do início das operações das novas concessões, reajuste pela inflação e alguns eventos não recorrentes como, por exemplo, revisão de contingências cíveis, acordo rescisório de diretores e contratação de consultorias estratégicas.
- Lucro líquido ajustado do 6M20 foi de R\$ 575,3 MM, ex-efeitos da adoção do CPC 47 de R\$ 226,7 MM. Após a destinação das reservas legal e de incentivo fiscal e os proventos de R\$ 241,7 MM já distribuídos sobre o resultado do 1T20, os proventos a serem distribuídos sobre este resultado totalizaram R\$ 279,3 MM (R\$ 0,81

/ Unit), o que foi aprovado hoje pelo Conselho de Administração e será pago em 26 de agosto com a data-base de 17 de agosto. Com isso, o *payout* no acumulado do ano ficou em 90,6% do lucro líquido ajustado e de 65,0% do lucro líquido.

RESULTADO REGULATÓRIO

- No 2T20, a receita líquida totalizou R\$ 385,7 MM, registrando um crescimento de 7,1% na comparação anual, explicado pelo reajuste inflacionário, entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova e consolidação da Brasnorte, efeitos que compensaram a queda da RAP de algumas concessões.
- Custos de PMSO totalizaram R\$ 68,9 MM no 2T20, um aumento anual de 35,6% em função principalmente do início das operações das novas concessões (Mariana, Miracema, São João, São Pedro e Lagoa Nova) pela Taesa, consolidação da Brasnorte, reajuste pela inflação, e eventos não recorrentes no valor total de R\$ 5,3 milhões como, por exemplo, alteração de prognóstico de contingências cíveis, acordo rescisório de diretores e contratação de consultorias estratégicas.
- O EBITDA totalizou R\$ 316,8 MM neste trimestre, 2,4% maior com o registrado no 2T19. Margem EBITDA ficou 82,1% no 2T20 (-3,8pp vs. 2T19). Destaque para o impacto positivo de aproximadamente R\$ 48 MM no EBITDA consolidado em razão das aquisições recentes (São João, São Pedro, Lagoa Nova e Brasnorte) e da entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans.
- Despesas financeiras líquidas somaram R\$ 27,7 MM, 60,9% menor que o registrado no 2T19 em função principalmente da deflação acumulada do IPCA de 0,43% registrada no trimestre.
- Lucro líquido somou R\$ 257,6 MM no trimestre, um aumento de 15,1% (+R\$ 33,8 MM) na comparação anual devido principalmente ao crescimento da RAP e redução das despesas financeiras líquidas.
- No 2T20, a dívida bruta da Companhia fechou em R\$ 6.648,5 MM, um crescimento sequencial de 16,4%. O caixa da Companhia ficou em R\$ 2.215,0 MM (+32,1% versus 1T20), resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.433,5 MM (+9,9% no trimestre). A relação da dívida líquida / EBITDA ponderado ficou em 3,3x (versus 3,0x no 1T20).
- Índice de disponibilidade das linhas de transmissão de 99,96% e PV de R\$ 9,5 MM (1,12% da RAP consolidada) no 6M20. Aumento anual de R\$ 7,2 MM na PV é explicada principalmente pelos desligamentos/provisões ocorridos em São João, Novatrans e TSN.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 39 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 10 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação para Rialma I)); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).

No âmbito do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, a Taesa concluiu a aquisição do lote N (ETAU) em 29 de abril de 2019 e dos lotes L (Brasnorte) e M (Transmineiras) em 31 de maio de 2019, adicionando R\$ 49,2 MM (ciclo 2020-2021) de RAP à sua base. Veja abaixo maiores detalhes da transação:

Lote/ Leilão Eletrobrás	SPE de Transmissão	Valor Pago (em R\$ mil)	RAP ¹ (em R\$ mil)	Participação Adquirida	Participação Final da TAESA	Contabilização no Resultado TAESA
L	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte)	75.622	13.921	49.7115%	88.376%	Consolidação
M	Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	34.969	10.057	24.50%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	24.199	8.559	24.00%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	18.340	7.558	25.00%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
N	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU)	32.880	9.100	23.0355%	75.6193%	Equivalência Patrimonial
Total		186.010	49.195			

(1) RAP referente à participação adquirida (ciclo 2020-2021)
 (2) Considera participação direta de 49% e indireta de 4,9982% via subsidiária ENTE.

Em 30 de agosto de 2019, a Taesa concluiu a aquisição de 11,624% da Brasnorte detidas pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A. Após a conclusão dessa operação, a Companhia, que antes detinha

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da São João Transmissora de Energia S.A. ("São João") e de São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("São Pedro"), após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição desses ativos, adicionando uma RAP de R\$ 96,4 MM (ciclo 2020/2021).

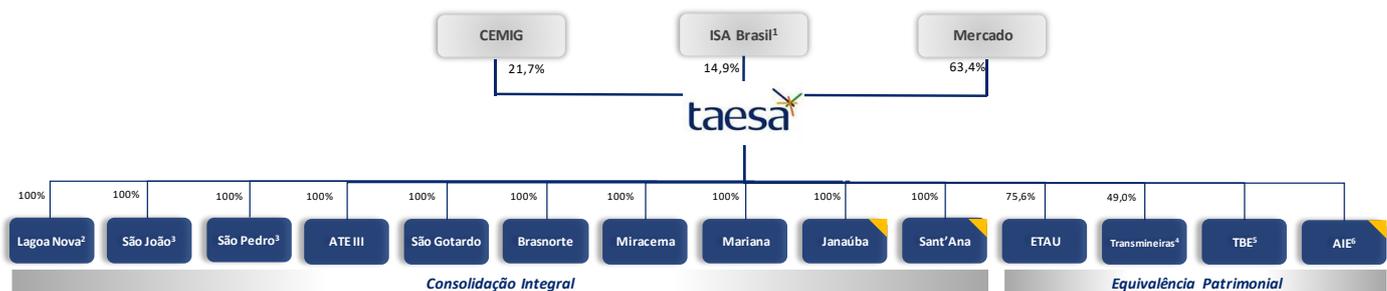
E em 13 de março de 2020, a Taesa concluiu a aquisição de 100% das ações representativas do capital total e votante da Rialma Transmissora de Energia I S.A. ("Rialma I"), após o cumprimento das condições precedentes. A Assembleia Geral Extraordinária realizada no mesmo dia, aprovou a alteração da razão social de Rialma I que passou a ser denominada Lagoa Nova Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Com relação aos empreendimentos em construção, 3 dos 9 projetos adquiridos em leilões entraram em operação ao final de 2019 e primeiro semestre de 2020. As energizações da concessão Miracema, referentes ao trecho LT 230kV Lajeado – Palmas, à nova subestação de Palmas e à adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado foram concluídas em 29 de novembro de 2019. Antes disso, a Companhia já havia energizado o trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, em 30 de setembro de 2019. Em 20 de janeiro de 2020, a última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV Poções III – Poções II (representa apenas 6% do projeto) foi concluída. Previamente, as energizações do trecho LT 500 kV Ibicoara – Poções III e da SE 500/230 kV Poções III foram concluídas em 22 de dezembro de 2019. Por último, a energização da concessão de Mariana referente a linha de transmissão de 500kV CS - Itabirito 2 - Vespasiano 2 com 82 km de extensão e duas subestações (SE 500 kV - Itabirito 2 e SE 500 kV - Vespasiano 2) foi concluída em 25 de maio de 2020.

Com isso, a Companhia concluiu a entrega dos empreendimentos Miracema, EDTE e Mariana, adicionando uma RAP de R\$ 109,1 MM (ciclo 2020-2021).

Importante destacar também que a Taesa concluiu os reforços da concessão Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17, adicionando R\$ 40,8 MM de RAP (ciclo 2020-2021). Os bancos de capacitores Serra da Mesa e Gurupi Sul, referentes a REA 6306/17, foram energizados em 21 de outubro de 2019, e os bancos de capacitores Gurupi Norte e Miracema, referentes a REA 6369/17, foram energizados, respectivamente, em 28 de outubro e 18 de novembro de 2019.

Após a conclusão das operações e das entregas dos projetos e reforços em construção mencionadas acima, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica é a nova razão social de Rialma I concessão adquirida pela Taesa em 13 de março de 2020.

³ A aquisição da São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020.

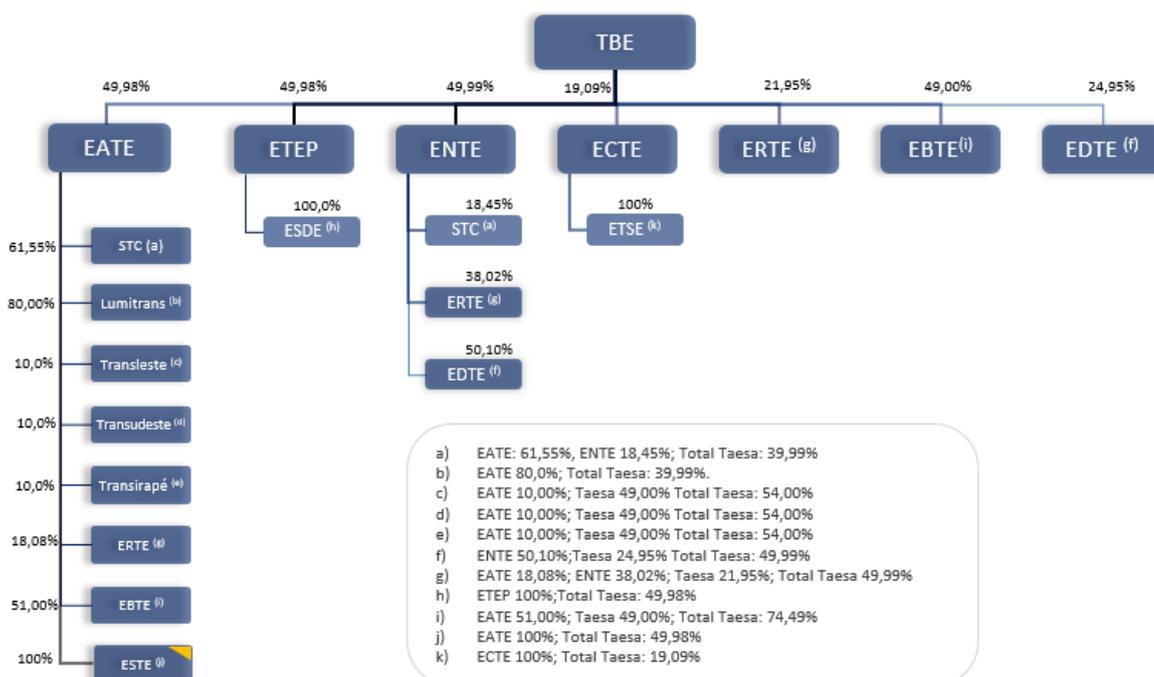
⁴ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%).

⁵ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

⁶ AIE - Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos.

em construção

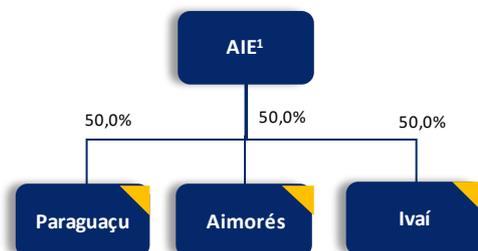
3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

Em construção

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

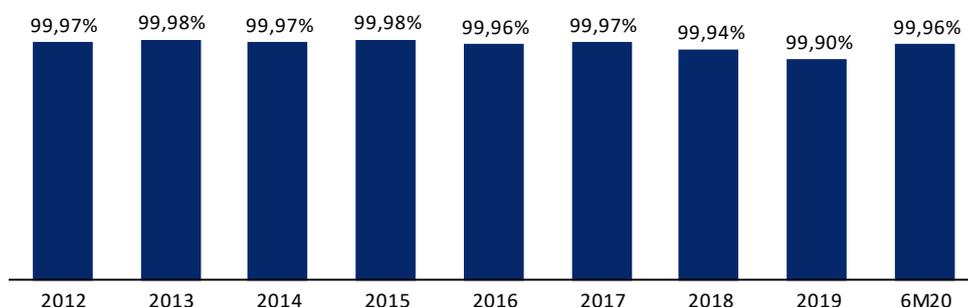
 em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

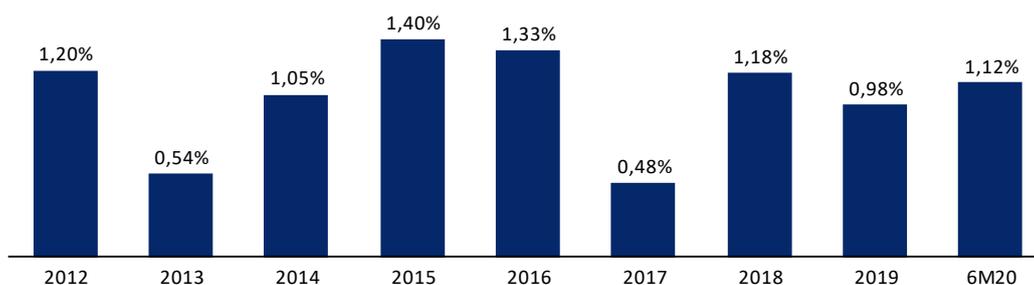
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro semestre de 2020, um índice de disponibilidade da linha de 99,96%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.670 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV acumulada no 6M20 foi de R\$ 9,5 MM, uma piora de 7,2 MM em comparação ao mesmo período de 2019, resultado principalmente pelos desligamentos/provisões ocorridos em São João, Novatrans, e TSN, destacando os seguintes eventos no 6M20: (i) São João: dois desligamentos automáticos na LT 500 kV Gilbués II São João Piauí C1, um deles devido ao incêndio no reator 500 kV RE7-08 no terminal da SE Gilbués II em julho de 2019 e o outro devido ao desligamento de urgência para tracionamento de cabos para alinhamento de cadeia de Isoladores em janeiro de 2020; (ii) Novatrans: ocorrência com explosão do Banco de Capacitores MCCL7- 02 na SE Gurupi em fevereiro de 2020, desligamento de Capacitores Série TCSC 500kV IZCL-05 devido a falha no módulo de controle em março de 2020 e manutenção corretiva nas SCC de Bypass dos Bancos 9489 (GUR) e MCSL7-07 (MIR), sendo necessário o desligamento da LT para realizar ajustes provisórios em maio de 2020; e (iii) TSN: desenergização da LT 500 kV Serra da Mesa II/Rio das Éguas, devido atuação de relé de gás no reator RT SDRE7-02 em abril de 2020. Os eventos acima relacionados da concessão de São João foram indenizados pelos vendedores conforme acordado no contrato de compra e venda, uma vez que o fator gerador destes eventos ocorreram antes da data de fechamento da aquisição, embora a materialização da efetivação da PV tenha acontecido após o fechamento.

4.2. Ciclo da RAP 2019-2020

Em 15 de julho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.275/2020 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2020-2021, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T20. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 6,51%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 1,88%.

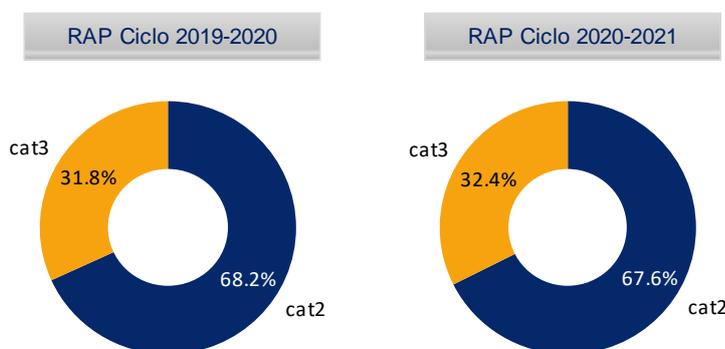
RAP (R\$ MM)	Ciclo 2018-2019	Ciclo 2019-2020	Ciclo 2020-2021
Ajuste IGP-M	4,26%	7,64%	6,51%
Novatrans ²⁸	413,5	330,9	351,8
TSN ²	279,6	301,0	325,1
Munirah	38,0	40,9	29,0
GTESA	5,8	5,5	5,9
PATESA ²	26,1	18,1	17,4
ETAU ¹²	25,2	38,5	29,9
ETEO	91,9	98,9	105,4
NTE ²	125,2	86,3	92,1
STE ²	85,3	48,6	50,6
ATE I ²	155,4	167,3	115,1
ATE II ²	240,3	258,7	275,5
EATE ¹²⁸	113,6	122,2	129,0
ETEP ¹	25,6	27,6	29,4
ENTE ¹	117,4	102,0	67,3
ECTE ¹	9,4	10,2	10,8
ERTE ¹²	26,3	19,5	15,3
Lumitrans ¹²	11,1	12,0	12,7
Transleste ¹	12,8	24,7	19,3
Transirapé ¹	10,2	20,1	22,2
Transudeste ¹	7,6	15,3	16,3
Subtotal	1.820,4	1.748,3	1.720,1
Ajuste IPC-A	2,86%	4,66%	1,88%
ATE III ²³⁵	119,8	125,4	127,7
São Gotardo ³	5,2	5,4	5,5
Mariana ³	14,7	15,4	16,4
Miracema ³⁸	62,1	65,0	59,7
Janaúba ³⁴	185,4	194,1	197,7
Aimorés ¹³⁴	37,9	39,7	40,4
Paraguaçu ¹³⁴	56,6	59,2	60,4
Brasnorte ¹²³	10,2	27,6	28,0
STC ¹²³	18,1	18,9	19,2
EBTE ¹²³	35,8	34,4	36,4
ESDE ¹³	6,7	7,0	7,2
ETSE ¹²³	3,8	4,0	4,1
ESTE ¹³⁴	53,6	56,1	57,2
Ivaí ¹³⁴	140,5	147,0	149,8
EDTE ¹³⁸	33,0	34,6	33,0
Sant'Ana ⁴	59,0	60,9	62,1
São João ⁶		47,6	49,8
São Pedro ⁶		44,9	46,5
Lagoa Nova ⁷		12,6	12,9
Subtotal	842,4	999,8	1.013,9
Total	2.662,8	2.748,1	2.734,1

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2020-2021 é de R\$ 2.734 MM, sendo 50,0% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2020-2021 ficou em R\$ 2.167 MM, contra R\$ 2.176 MM para o ciclo 2019-2020, considerando a conclusão do empreendimento Mariana apenas no ciclo 2020-2021.

O reajuste da RAP para o ciclo 2020-2021 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah, PATESA, ETAU, STE, ATE I, ENTE, ERTE e Transleste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **TSN e Mariana** apresentaram entrada em operação de reforços; e (iii) **NTE, ETEP, Lumitrans, Transirapé, EBTE, Brasnorte, STC, Mariana, São João e São Pedro** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Vale destacar ainda: (i) conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e Transmineiras no 2T19; (ii) aquisição de 11,624% de participação na Brasnorte em ago/19; (iii) energização dos empreendimentos Miracema (nov/19), EDTE (jan/20) e Mariana (mai/20); (iv) conclusão dos reforços da Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17 em nov/19; (v) conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fev/20; e (vi) conclusão da aquisição de Lagoa Nova em mar/20. Maiores detalhes na seção 3.1.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁶ Aquisição concluída em 14 de fevereiro de 2020

⁷ Aquisição concluída em 13 de março de 2020

⁸ RAP do ciclo 2020-2021 com pleito de retificação junto a ANEEL

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para o ciclo 2016-2017, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Para os ciclos 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020 e 2020-2021, as seguintes concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP entrará em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrará no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrará no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.

Para os ciclos futuros, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

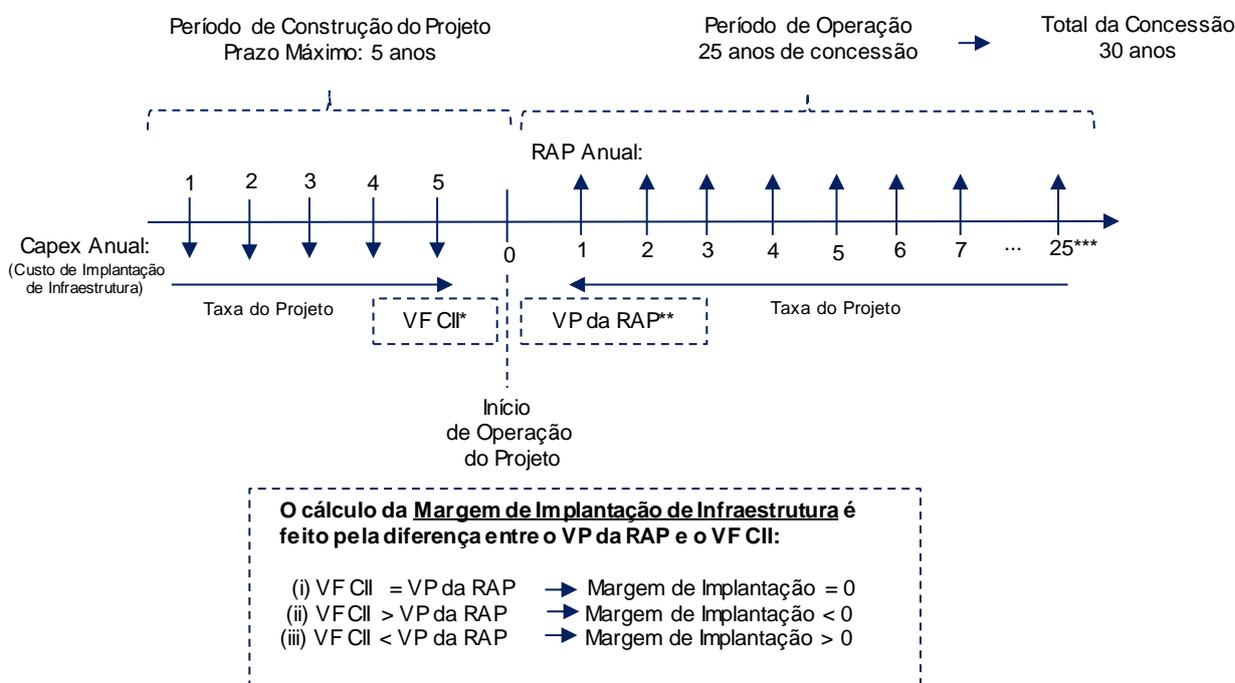
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão (“Taxa do Projeto”). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



* VF CII: Valor Futuro do Custo de Implantação de Infraestrutura

** VP da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (**Formação do Ativo Contratual**)

***VP dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura passa a constituir uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de implementação era igual ao custo de implementação mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de implementação impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de implementação passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetária do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de implementação de infraestrutura.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores;
- (ii) Para Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 e destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal;
- (iii) Para Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 e destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 521.647.147,86, sendo R\$ 501.234.767,69 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de junho de 2020, os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 no resultado líquido somam R\$ 226.735.802,28.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

Vale destacar que, a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia, a conta de Reserva Especial será utilizada para futura distribuição de dividendos, tendo em vista que a adoção do CPC 47 não tem efeito caixa (a eficiência/ineficiência do projeto é contabilizada como margem de construção durante a fase de construção dos projetos com efeito puramente contábil no resultado em IFRS).

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 2T20 foi de R\$ 755,7 MM, 76,8% maior que o 2T19, devido principalmente ao aumento nos investimentos nos projetos em construção, com acréscimo na receita de implementação em R\$ 335,3 MM, e ao crescimento das receita de O&M e de remuneração do ativo contratual, em função das aquisições recentes e entrada em operação de alguma concessões.

A Receita Líquida IFRS do 6M20 foi de R\$ 1.446,1 MM, 87,9% maior que o registrado no 6M19

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2020 foram: IGP-M de 1,24%, 0,80% e 0,28% (acumulado +2,34%), e IPCA de 0,07%, -0,31% e -0,38% (acumulado -0,62%), referente aos meses de março, abril e maio de 2020, respectivamente. No primeiro trimestre de 2019, o IGP-M foi de 1,26%, 0,92% e 0,45% (acumulado +2,65%), e IPCA de 0,75%, 0,57% e 0,13% (acumulado +1,46%), referente aos respectivos meses de 2019.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Operação e manutenção		165,1	146,1	13,0%	326,3	292,0	11,7%
Remuneração do ativo contratual de concessão		164,1	124,7	31,6%	313,0	249,5	25,5%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		74,4	114,1	-34,8%	200,0	111,8	78,9%
Implementação de infraestrutura		424,0	88,7	377,8%	739,4	200,5	268,8%
Total Receitas IFRS		827,5	473,7	74,7%	1.578,7	853,8	84,9%
Parcela variável		(3,1)	(3,2)	-1,9%	(9,5)	(2,3)	309,6%
Outras receitas operacionais		6,0	2,4	154,4%	20,1	5,0	300,4%
Receita operacional bruta		830,4	472,9	75,6%	1.589,2	856,5	85,6%
PIS e COFINS		(56,5)	(24,9)	127,1%	(107,0)	(45,6)	134,5%
ISS		(0,09)	(0,04)	119,2%	(0,19)	(0,09)	111,6%
ICMS		(0,04)	(0,0)	42,1%	(0,04)	(0,03)	42,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(18,2)	(20,5)	-11,3%	(35,9)	(41,0)	-12,3%
Deduções da receita operacional bruta		(74,8)	(45,4)	64,7%	(143,2)	(86,7)	65,1%
Receita operacional líquida		755,7	427,5	76,8%	1.446,1	769,7	87,9%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 13,0% da receita de O&M se deve principalmente (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2019-2020, de 7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2019 a junho de 2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/19, (ii) à entrada em operação da concessão de Miracema ao fim de 2019, (iii) à conclusão da aquisição da São João e São Pedro em 14 de fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em 13 de março de 2020, e (iv) à consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho de 2019.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 2T20 apresentou um aumento de 31,6% na comparação anual devido (i) à conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em 13 de março de 2020, (ii) à entrada em operação das concessões de Miracema

ao fim do ano passado e de Mariana em 25 de maio de 2020, (iii) à conclusão dos reforços da Novatrans ao final de 2019, e (iv) à consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho de 2019. Estes eventos compensaram o efeito natural da amortização do saldo do ativo contratual pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma redução de R\$ 39,8 MM entre o 2T20 e o 2T19, principalmente em razão da redução dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IPCA que registrou no acumulado do trimestre deflação de 0,61% contra inflação de 1,46% no mesmo trimestre de 2019, conforme apresentado mais acima. Além disso, essa linha foi impactada negativamente, em R\$ 11,7 MM, pela conclusão da aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova, pela consolidação da Brasnorte no 2T19 e pela entrada em operação de Miracema e Mariana, uma vez que os seus ativos contratuais foram reajustados por um IPCA negativo no acumulado do trimestre.
- **Implementação de Infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O crescimento anual de R\$ 335,3 MM na receita de implementação se deve basicamente aos maiores investimentos em Janaúba e Sant'Ana e no reforço de São Pedro que foram compensados em parte pela conclusão do empreendimento de Miracema e dos reforços de Novatrans, ambos ao final do ano passado, e pela não contabilização da receita de implementação do empreendimento Mariana desde o 3T19 (o limite de investimentos definidos no caso-base do leilão para o cálculo da margem de implementação de Mariana foi ultrapassado no 3T19) até a sua entrada em operação em 25 de maio de 2020.
- **Parcela variável (PV):** A PV ficou praticamente em linha na comparação anual. Houve um aumento dos deligamentos entre os períodos comparados, que foram compensados por maiores reversões no 2T20. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de R\$ 3,7 MM na comparação entre 2T20 e 2T19 se deve, basicamente, à contabilização das receitas provenientes da Rede de Fronteira e DIT (Demais Instalações) de São Pedro e Brasnorte e da receita de Mariana de junho, uma vez que o ativo contratual é contabilizado somente após o recebimento integral da RAP.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 64,7% na comparação entre o 2T20 e 2T19. As variações mencionadas ocorrem em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 319,7 MM no 2T20, 179,5% maior quando comparado ao 2T19.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no semestre R\$ 575,7 MM, 149,3% maior quando comparado ao 6M19.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Pessoal		(41,1)	(29,8)	37,8%	(79,7)	(62,6)	27,4%
Material		(249,8)	(63,1)	296,1%	(444,6)	(126,5)	251,4%
Serviço de terceiros		(20,0)	(15,5)	29,4%	(34,3)	(27,2)	26,2%
Outros		(4,7)	(2,8)	68,6%	(9,5)	(8,0)	18,2%
Total		(315,7)	(111,2)	183,9%	(568,2)	(224,4)	153,3%
Depreciação e amortização		(4,0)	(3,2)	26,5%	(7,5)	(6,6)	13,8%
Total		(319,7)	(114,4)	179,5%	(575,7)	(230,9)	149,3%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 37,8% na comparação entre o 2T20 e o 2T19 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, aumento de quadro, conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova, entrada em operação de Miracema e Mariana e consolidação da Brasnorte na Companhia, além do acordo rescisório de diretores e da mudança na forma de capitalização dos custos com pessoal nos empreendimentos em construção a partir da implementação do SAP 4/Hana no 2T19. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).
- **Material:** O aumento anual de R\$ 186,7 MM se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos em construção de Janaúba (+R\$ 195,7 MM) e Sant'Ana (+R\$ 19,5 MM) e no reforço de São Pedro (+R\$ 10,8 MM), parcialmente compensado pela queda nos investimentos dos empreendimentos concluídos de Miracema, Mariana e de reforços da Novatrans e TSN.
- **Serviços de terceiros:** O crescimento de 29,4% na comparação anual foi influenciado principalmente pela contratação de consultorias estratégicas, aumento das despesas com limpeza de faixa de servidão, assim como pela aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova e pela consolidação da Brasnorte na Taesa.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram um aumento de 68,6% devido à alteração de prognóstico de contingências cíveis, à aquisição das empresas São João e São Pedro e ao aumento das despesas com patrocínios e doações, compensado em parte pelas indenizações referentes às aquisições de São Pedro e São João, entre elas a relativa à Parcela Variável de eventos ocorridos na concessão de São João antes da aquisição.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de 26,5% se deve basicamente pela remensuração de contratos de arrendamentos financeiros dentro do escopo do CPC 06 (R2), o que gerou um aumento na depreciação do 2T20 em comparação ao 2T19.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 2T20, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 440,0 MM com margem EBITDA de 58,2%. O aumento de 39,1% do EBITDA IFRS na comparação contra o 2T19 foi em razão dos maiores investimentos nos projetos em construção, que impactaram positivamente a margem de implementação em R\$ 133,8 MM (R\$ 142,8 MM no 2T20 versus R\$ 9,0 MM no 2T19).

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Receita Líquida	755,7	427,5	76,8%	1.446,1	769,7	87,9%
Custos e despesas	(315,7)	(111,2)	183,9%	(568,2)	(224,4)	153,3%
EBITDA	440,0	316,3	39,1%	877,9	555,2	58,1%
Margem EBITDA	58,2%	74,0%	-15,8 pp	60,7%	72,1%	-11,4 pp

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 2T20 alcançou R\$ 385,7 MM, 7,1% maior que no 2T19, explicado pelo reajuste inflacionário, entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João e São Pedro e consolidação da Brasnorte, efeitos que compensaram a queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 6M20 somou R\$ 758,5 MM, apresentando um aumento anual de 4,9%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP em 7,1% entre o 2T20 e o 2T19 é explicado, basicamente, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% em IGP-M e 4,66% em IPCA), pela entrada em operação das concessões de Miracema e Mariana e dos reforços da Novatrans, pela conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova, e pela consolidação da Brasnorte na Taesa. Estes impactos foram compensados em parte pela redução da RAP da Novatrans, GTESA, PATESA, NTE e STE (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3)

A Parcela Variável (PV) ficou praticamente em linha na comparação anual, uma vez que houve um aumento dos deligamentos entre os períodos comparados, que foram compensados por maiores reversões no 2T20. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

A redução dos encargos setoriais se deve à queda de 50% da RAP, conforme mencionado acima, uma vez que as novas concessões que impactaram o resultado são dispensadas do recolhimento da tarifa de Reserva Global de Reversão – RGR, de acordo com a Lei nº 12.783/2013 que dispensa esse recolhimento para as concessões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
RAP Concessionárias		431,3	404,0	6,8%	850,0	805,9	5,5%
Parcela Variável		(3,1)	(3,2)	-1,9%	(9,5)	(2,3)	309,6%
Receita do Serviço		428,2	400,8	6,8%	840,5	803,6	4,6%
Outras receitas operacionais		0,268	0,323	-16,9%	0,518	0,712	-27,1%
Receita operacional bruta		428,5	401,1	6,8%	841,0	804,3	4,6%
PIS e COFINS		(24,4)	(20,4)	19,9%	(46,4)	(40,4)	14,7%
ISS		(0,09)	(0,0)	119,2%	(0,2)	(0,1)	111,6%
ICMS		(0,0)	(0,0)	42,1%	(0,0)	(0,0)	42,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(18,2)	(20,5)	-11,3%	(35,9)	(41,0)	-12,3%
Total Deduções		(42,7)	(40,9)	4,4%	(82,5)	(81,5)	1,2%
Receita operacional líquida		385,7	360,2	7,1%	758,5	722,9	4,9%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 129,4 MM no 2T20, 30,5% maior quando comparado ao 2T19. Os custos de PMSO somaram R\$ 68,9 MM, registrando um acréscimo anual de 35,6%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no primeiro semestre do ano alcançaram R\$ 246,7 MM, 24,2% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 6M20 R\$ 129,0 MM, registrando um aumento de 25,8%

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Pessoal		(41,1)	(29,8)	37,8%	(79,7)	(62,6)	27,4%
Material		(0,8)	(0,7)	13,9%	(1,1)	(0,7)	49,0%
Serviço de terceiros		(20,0)	(15,5)	29,4%	(34,3)	(27,2)	26,2%
Outros		(7,0)	(4,8)	44,7%	(13,9)	(12,0)	15,3%
Total		(68,9)	(50,8)	35,6%	(129,0)	(102,6)	25,8%
Depreciação e amortização		(60,5)	(48,3)	25,2%	(117,7)	(96,0)	22,5%
Total		(129,4)	(99,2)	30,5%	(246,7)	(198,6)	24,2%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 68,9 MM no 2T20 (+35,6% versus 2T19). Esse aumento é explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 37,8% na comparação entre o 2T20 e o 2T19 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, aumento de quadro, conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova, entrada em operação de Miracema e Mariana e consolidação da Brasnorte na Companhia, além do acordo rescisório de diretores e da mudança na forma de capitalização dos custos com pessoal nos empreendimentos em construção a partir da implementação do SAP 4/Hana no 2T19. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).
- **Material:** O aumento de R\$ 13,9% entre o 2T20 e o 2T19 se deve aos maiores gastos de manutenção além da consolidação do resultado da Brasnorte no resultado da Taesa e da conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova.
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento de 29,4% na comparação anual foi influenciado principalmente pela contratação de consultorias estratégicas, aumento das despesas com limpeza de faixa de servidão, assim como pela aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova e pela consolidação da Brasnorte na Taesa.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram um aumento de 44,7% devido à alteração de prognóstico de contingências cíveis, à aquisição das empresas São João e São Pedro e ao aumento das despesas com patrocínios e doações, compensado em parte pelas indenizações referentes às aquisições de São Pedro e São João, entre elas a relativa à Parcela Variável de eventos ocorridos na concessão de São João antes da aquisição.

- **Depreciação e Amortização:** O aumento da depreciação é referente às unitizações dos reforços da Novatrans, da entrada em operação de Miracema, da consolidação da Brasnorte na Taesa e da aquisição das empresas São João, São Pedro e Lagoa Nova.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 2T20 atingiu R\$ 316,8 MM, 2,4% maior com o registrado no 2T19, e uma margem EBITDA de 82,1%. Conforme mencionado anteriormente, a queda de 50% da RAP de algumas concessões, associado aos maiores custos e despesas operacionais, foram compensados pelo reajuste inflacionário da RAP, entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João, São Pedro, Lagoa Nova e pela consolidação da Brasnorte.

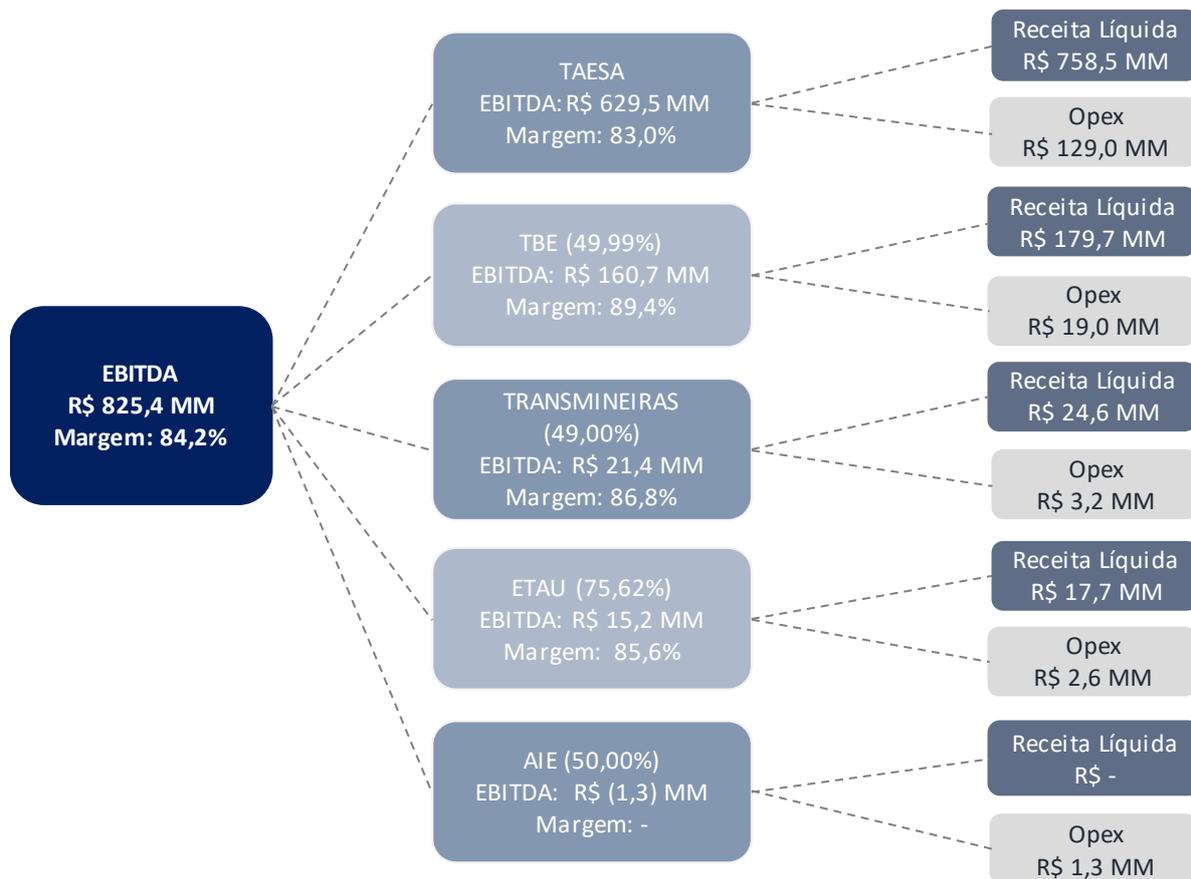
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Receita líquida	385,7	360,2	7,1%	758,5	722,9	4,9%
Custos e despesas	(68,9)	(50,8)	35,6%	(129,0)	(102,6)	25,8%
EBITDA	316,8	309,4	2,4%	629,5	620,3	1,5%
Margem EBITDA	82,1%	85,9%	-3,8 pp	83,0%	85,8%	-2,8 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório no primeiro semestre de 2020, considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T20 totalizou R\$ 125,9 MM, 30,9% maior que o registrado no 2T19. Já no primeiro semestre de 2020, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 271,0 MM, 117,5% maior que o mesmo período de 2019.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
ETAU	3,1	2,4	28,0%	6,7	3,7	80,7%
Brasnorte	-	2,4	0,0%	-	3,3	-100,0%
TBE	72,1	74,5	-3,2%	167,2	98,0	70,5%
Aimorés	9,1	0,8	1033,3%	26,0	0,2	11617,8%
Paraguaçu	13,8	3,5	298,0%	38,7	5,5	602,5%
Ivaí	19,2	4,4	332,9%	15,9	5,4	194,9%
Transmineiras	8,6	8,2	5,7%	16,5	8,5	95,2%
Total Equivalência Patrimonial	125,9	96,2	30,9%	271,0	124,6	117,5%

O aumento de 30,9% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 2T20 e o 2T19, se deve principalmente aos maiores investimentos nas concessões em construção Aimorés, Paraguaçu e Ivaí e à conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU e Transmineiras no 2T19.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T20 totalizou R\$ 57,5 MM, 1,2% menor que o registrado no 2T19. No primeiro semestre de 2020, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em 98,1 MM, praticamente em linha com o registrado no 6M19.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
ETAU	4,3	3,5	22,1%	8,6	6,4	35,0%
Brasnorte	-	1,2	-100,0%	-	2,3	-100,0%
TBE	59,8	61,6	-2,9%	115,7	109,7	5,5%
Aimorés	(0,1)	(0,2)	-73,8%	(0,2)	(0,3)	-37,9%
Paraguaçu	(0,2)	(0,3)	-45,5%	(0,3)	(0,4)	-33,9%
Ivaí	(1,2)	0,0	-	(14,9)	(0,1)	15754,7%
Transmineiras	8,5	6,0	40,0%	16,5	8,3	99,5%
Resultado das Controladas	71,2	71,9	-0,9%	125,4	125,8	-0,3%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	57,5	58,2	-1,2%	98,1	98,5	-0,4%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T20 apresentou uma pequena redução de 1,2% na comparação anual em função principalmente da queda do resultado da TBE, aumento das despesas financeiras de Ivaí e da consolidação da Brasnorte na Taesa, compensado em parte pela conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU e Transmineiras no 2T19.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguauçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 28,5 MM no 2T20, 60,3% menor que o registrado no 2T19. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 27,7 MM, 60,9% menor na comparação anual.

No primeiro semestre de 2020 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 163,3 MM, apresentando um aumento de 20,3% contra 6M19. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 161,9 MM, 20,6% maior em relação ao primeiro semestre de 2019.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de "Arrendamento") e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir de 2019, o resultado financeiro IFRS apresentará diferença em relação ao resultado financeiro regulatório, somente na linha de "Arrendamento".

Resultado Financeiro IFRS

	R\$ MM	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Receitas Financeiras		9,3	24,8	-62,4%	22,3	40,7	-45,3%
Renda de aplicação financeira		9,3	24,8	-62,4%	22,3	40,7	-45,3%
Despesas Financeiras		(37,8)	(96,4)	-60,8%	(185,6)	(176,5)	5,2%
Juros incorridos		(73,4)	(56,5)	29,9%	(149,2)	(102,5)	45,5%
Variações monetárias e cambiais		28,5	(34,4)	n/a	(26,1)	(65,6)	-60,2%
Ajuste ao valor justo		12,4	0,0	-	0,0	(0,0)	n/a
Arrendamento		(0,7)	(0,7)	-2,7%	(1,4)	(1,5)	-3,6%
Outras despesas/receitas financeiras		(4,6)	(4,8)	-4,8%	(8,8)	(6,9)	28,5%
Total IFRS		(28,5)	(71,6)	-60,3%	(163,3)	(135,8)	20,3%

A redução anual de 62,4% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão da queda do CDI e da menor rentabilidade alcançada nas aplicações este trimestre, apesar do maior volume médio de caixa aplicado em função das captações em 2019 e 2020 (2ª emissão de debêntures de Janaúba, 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures da Taesa e as duas cédulas de crédito bancário emitidas em abril deste ano). A queda da rentabilidade mencionada acima foi provocada pela crise do COVID-19 que impactou negativamente o mercado de investimentos em março de 2020, ocasionando remarcações negativas nas aplicações.

O aumento de 29,9% na comparação anual na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao maior volume de dívida entre os períodos comparados, em função da 7ª emissão de debêntures da Taesa no montante de R\$ 509 MM em setembro de 2019, da 8ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 300 MM em janeiro de 2020, da 9ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 450 MM em abril de 2020, das duas cédulas de crédito bancário de R\$ 350 MM e de R\$ 100 MM, em favor do Banco Citibank e Bradesco, respectivamente, ambos em abril de 2020, da 2ª emissão de debêntures de Janaúba no montante de R\$ 575 MM em dezembro de 2019 e do financiamento preexistente de R\$ 62,7 MM do BNB com a Lagoa Nova, ativo recentemente adquirido. Além disso, o menor CDI registrado no 2T20 minimizou o aumento dos juros no período.

A redução de R\$ 62,9 MM na linha de variações monetárias e cambiais, na comparação entre o 2T20 e o 2T19, é explicada pela deflação acumulada de 0,43% do IPCA registrada no 2T20 associada ao maior volume de dívida em IPCA em

decorrência da 7ª e 8ª emissões de debêntures da Taesa, da 2ª emissão de debêntures de Janaúba e do financiamento preexistente do BNB com a Lagoa Nova.

No 2T20, a linha de ajuste a valor justo foi impactada pela reclassificação do saldo de R\$ 12,4 MM para o patrimônio líquido. Este montante foi contabilizado na linha de ajuste a valor justo no 1T20 em função da atualização da metodologia do swap da 1ª série da 6ª emissão, de CDI para IPCA, em 2019, uma vez que esta dívida foi contabilizada no balanço de 2019 a custo amortizado e não a valor de mercado.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma redução de 4,8% na comparação anual, explicado, basicamente pela redução de despesas em função das emissões das debêntures da Taesa e Janaúba, compensado em parte pelo aumento das despesas de PIS/COFINS sobre as aplicações financeiras, conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e consolidação da Brasnorte.

4.15. Impostos

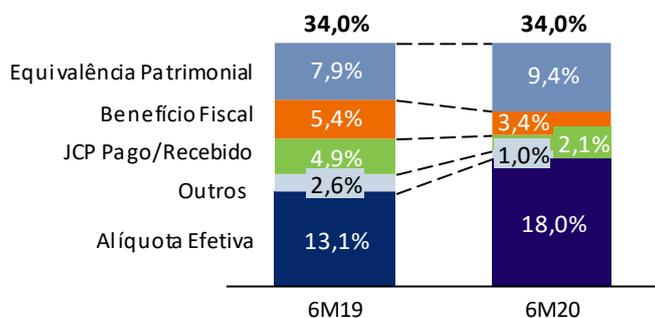
O aumento de 138,4% no Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado, entre o 2T20 e 2T19, é explicado principalmente pelo aumento do lucro antes dos impostos e pela redução de 21,3% do JCP pagos.

A linha de Outros é impactada pelo resultado das empresas com regime de lucro presumido. O lucro antes dos impostos somado das empresas de lucro presumido caiu na comparação anual em função do prejuízo da concessão de Mariana e da queda no resultado da concessão de Miracema, reduzindo dessa forma a vantagem tributária que o regime de lucro presumido dessas empresas adiciona na alíquota consolidada da Taesa, e consequentemente contribuindo para a maior alíquota efetiva da Companhia em 2020.

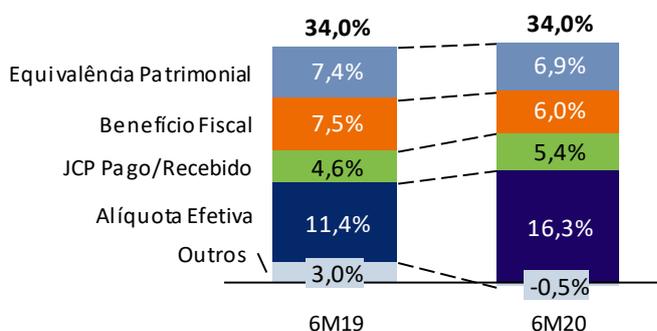
R\$ MM	IFRS			IFRS			
	Conciliação Imposto	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Lucro antes do Impostos		533,4	347,5	53,5%	978,1	537,4	82,0%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%		(181,3)	(118,1)	53,5%	(332,5)	(182,7)	82,0%
Equivalência Patrimonial		42,8	32,7	30,9%	92,1	42,4	117,5%
SUDAM/SUDENE		20,4	13,9	46,6%	33,5	29,2	14,5%
JCP Pago/Recebido		20,8	26,5	-21,3%	20,8	26,5	-21,3%
Outros		1,8	5,0	-64,4%	10,1	14,2	-29,3%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado		(95,5)	(40,1)	138,4%	(176,0)	(70,4)	149,9%
Alíquota Efetiva		17,9%	11,5%	6,4 pp	18,0%	13,1%	4,9 pp

R\$ MM	Regulatório			Regulatório			
	Conciliação Imposto	2T20	2T19	Var.%	6M20	6M19	Var.%
Lucro antes do Impostos		286,1	248,4	15,2%	448,0	488,5	-8,3%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%		(97,3)	(84,5)	15,2%	(152,3)	(166,1)	-8,3%
Equivalência Patrimonial		19,6	19,8	-1,2%	33,3	33,5	-0,4%
SUDAM/SUDENE		20,4	13,9	46,6%	33,5	29,2	14,5%
JCP Pago/Recebido		20,8	26,5	-21,3%	20,8	26,5	-21,3%
Outros		8,0	(0,3)	n/a	13,5	(2,7)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado		(28,5)	(24,6)	15,9%	(51,2)	(79,6)	-35,7%
Alíquota Efetiva		10,0%	9,9%	-5,9%	11,4%	16,3%	-4,9 pp

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2030	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

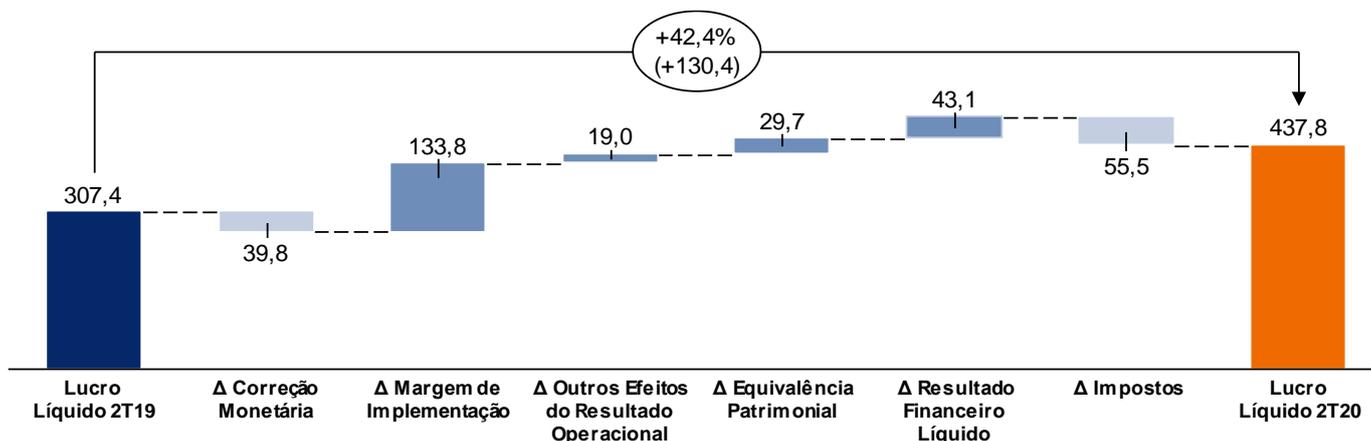
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo no 4T17, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

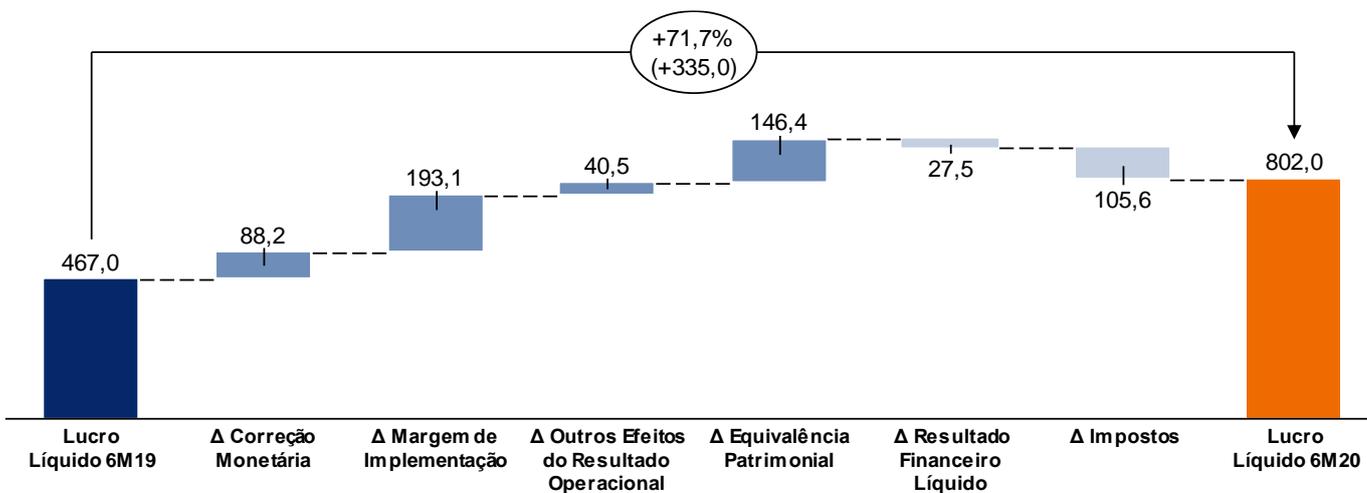
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 437,8 MM no 2T20, 42,4% maior que o registrado no 2T19. No primeiro semestre de 2020, o Lucro Líquido IFRS somou R\$ 802,0 MM, 71,7% maior na comparação com o mesmo período de 2019.

Lucro Líquido IFRS – 2T20:

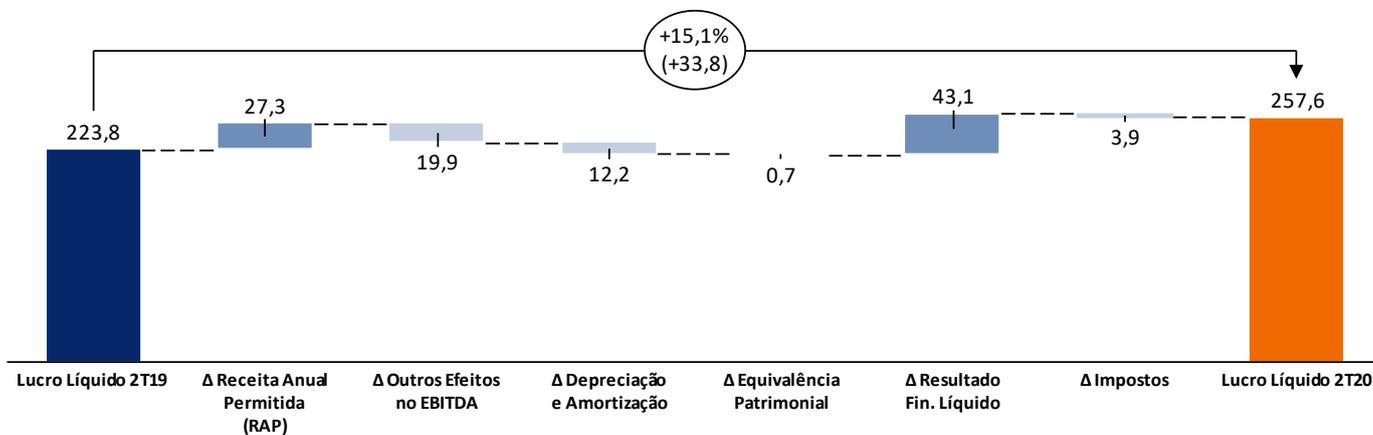


Lucro Líquido IFRS – 6M20:

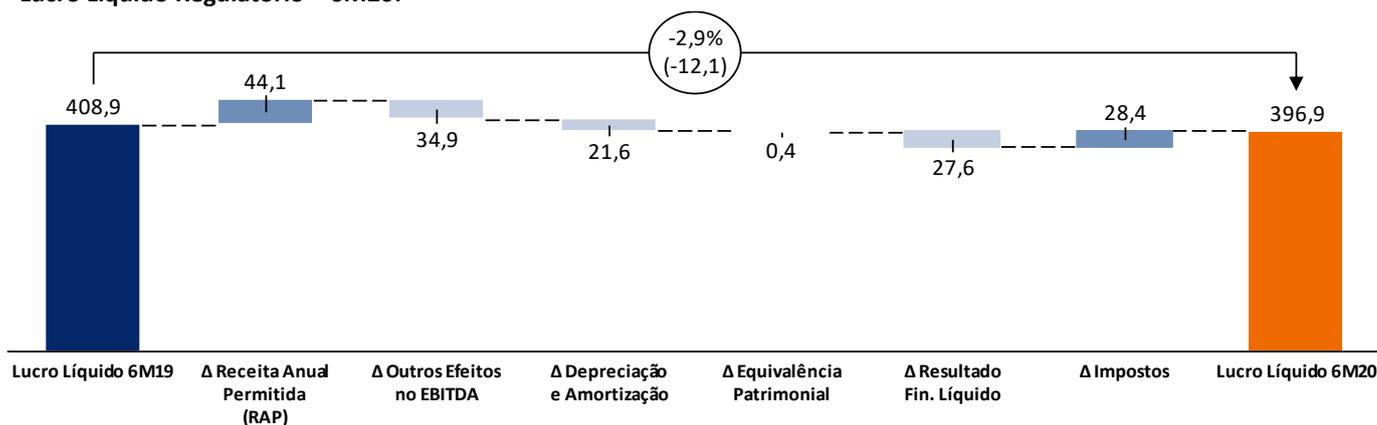


Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 257,6 MM no 2T20, apresentando um aumento anual de 15,1%. Já no 6M20, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 396,9 MM, 2,9% menor que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 2T20:



Lucro Líquido Regulatório – 6M20:



Lucro Líquido Ajustado

A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de implementação. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado - 6M20

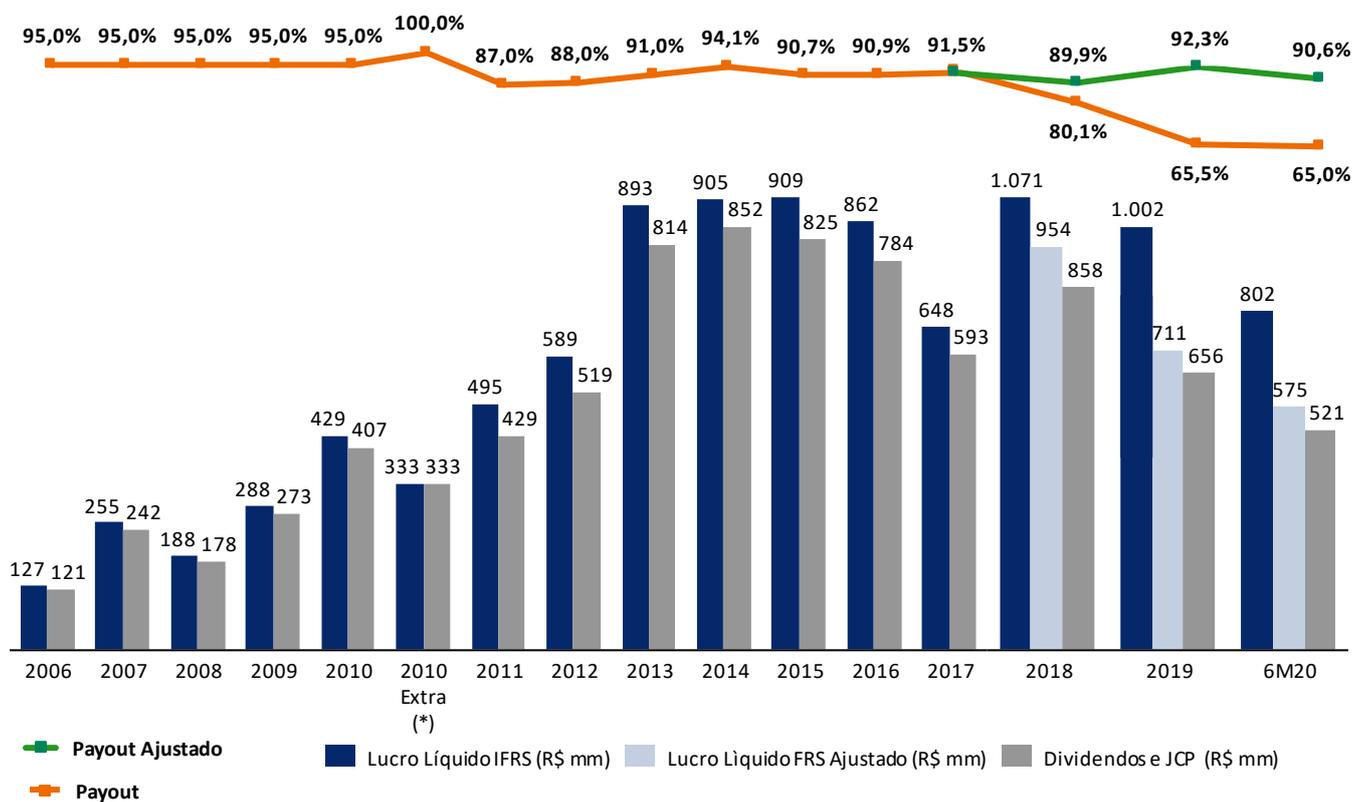
	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		326.311		326.311
Remuneração do ativo contratual de concessão		312.977	(13.149)	299.828
Correção monetária do ativo contratual de concessão		199.970		199.970
Implementação de Infraestrutura		739.407	(256.525)	482.882
Outras receitas operacionais		20.051		20.051
Parcela variável		(9.484)		(9.484)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.589.232	(269.675)	1.319.558
PIS e COFINS		(107.021)	23.932	(83.088)
ISS		(185)		(185)
ICMS		(39)		(39)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(35.917)		(35.917)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(143.161)	23.932	(119.229)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.446.071	(245.743)	1.200.328
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				
Pessoal		(79.725)		(79.725)
Material		(444.648)	29.411	(415.236)
Serviços de terceiros		(34.346)		(34.346)
Depreciação e amortização		(7.491)		(7.491)
Outras despesas operacionais		(9.480)		(9.480)
Custos e despesas		(575.690)	29.411	(546.279)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		870.381	(216.332)	654.050
Resultado de equivalência patrimonial		271.014	(93.008)	178.006
Renda de aplicação financeira		22.296		22.296
Despesas financeiras		(185.612)		(185.612)
Resultado financeiro		(163.316)	-	(163.316)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		978.079	(309.339)	668.740
Imposto de Renda e Contribuição Social		(176.044)	82.603	(93.441)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		802.035	(226.736)	575.299
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)		802.035	(226.736)	575.299
Participação dos acionistas não-controladores		-		-
	Reserva legal 5%	(40.102)	11.337	(28.765)
	Reserva de incentivo fiscal	(25.510)		(25.510)
	Reserva especial - adoção inicial CPC 47	(215.399)	215.399	-
	Lucro distribuível	521.025		521.025
	Payout	65,0%		90,6%

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 15 de maio de 2020, a Taesa pagou R\$ 61,8 MM (R\$ 0,17928194772 / Unit) a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido de 2019. Além disso, em 28 de maio de 2020, a Companhia pagou mais R\$ 241,7 MM divididos da seguinte forma: (i) R\$ 180,4 MM (R\$ 0,52378039554 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 61,3 MM (R\$ 0,17787141663 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), ambos com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 31 de março de 2020.

Adicionalmente, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 220,5 MM (R\$ 0,64018294146 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 58,8 MM (R\$ 0,17057885955 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 279,3 MM (R\$ 0,81076180101 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 26 de agosto de 2020, a partir da data-base de 17 de agosto de 2020.

Com isso, o *payout* no acumulado do ano ficou em 90,6% do lucro líquido ajustado e de 65,0% do lucro líquido



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 2T20, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 6.648,5 MM, 16,4% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 2.215,0 MM, registrando um aumento de 32,1% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.433,5 MM, 9,9% maior que o 1T20.

Dívida Líquida	2T20	% Dív Bruta	1T20	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	916,6	13,8%	787,0	13,8%	16,5%
Taxa Fixa	9,0	0,1%	9,0	0,2%	0,0%
CDI	400,5	6,0%	302,7	5,3%	32,3%
IPCA	507,1	7,6%	475,3	8,3%	6,7%
Longo Prazo	5.732,0	86,2%	4.924,2	86,2%	16,4%
Taxa Fixa	15,4	0,2%	17,6	0,3%	-12,7%
CDI	1.589,4	23,9%	790,6	13,8%	101,0%
IPCA	4.127,2	62,1%	4.116,0	72,1%	0,3%
Endividamento Total	6.648,5	100,0%	5.711,2	100,0%	16,4%
(-) Caixa e Aplicações *	(2.215,0)		(1.677,2)		32,1%
(=) Dívida Líquida	4.433,5		4.034,0		9,9%

* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

Ao fim do primeiro semestre de 2020 a dívida bruta totalizou R\$ 6.648,5 MM e o caixa R\$ 2.215,0 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.433,5 MM. O aumento de 16,4% da dívida bruta no período se deve basicamente à captação de R\$ 900 milhões referente à 9ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 450 MM e às duas cédulas de crédito bancário de R\$ 350 MM e de R\$ 100 MM, em favor do Banco Citibank e Bradesco, respectivamente, todas emitidas em abril de 2020.

O aumento de 32,1% no Caixa e Aplicações é explicado principalmente pela: (i) geração de caixa operacional no trimestre de R\$ 267 MM; (ii) pela captação de R\$ 900 MM em abril de 2020; e (iii) recebimento de R\$ 82 MM em dividendos das empresas TBE e Transmineiras. Esse aumento foi compensado em parte pelo pagamento de proventos no valor de R\$ 303 milhões, desembolso de Capex para os projetos em construção no valor de R\$ 251 MM, pagamento de amortização e de juros de dívida no valor de R\$ 31 MM, e aporte nas empresas controladas em conjunto e coligadas, que estão em construção, no total de R\$ 70 MM.

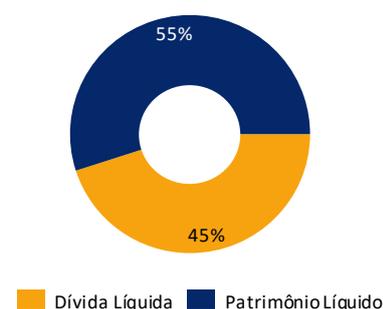
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 8.235,6 MM e o caixa de R\$ 3.211,5 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 705,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 228,2 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 11,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 14,9 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 62,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 5,7 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 807,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 747,6 MM. Lembrando que os valores de ETAU e Transmineiras contemplam a participação adquirida no Leilão Eletrobras nº 01/2018.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,3x no 2T20, acima do registrado no 1T20 (3,0x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas, esse indicador seria de 3,8x no 2T20 contra 3,5x do 1T20.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	6.648,5	2.215,0	4.433,5
ETAU (75,6%)	11,4	14,9	-3,5
TBE (49,99%)	705,8	228,2	477,6
Transmineiras (49%)	62,2	5,7	56,4
AIE (50%)	807,7	747,6	60,1
TOTAL	8.235,6	3.211,5	5.024,1

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	397.681	13.389	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	1.056.669	37.370	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	CDI	285.739	2.732	105% CDI	AAA.br	Set/2020	Bullet	1
	4ª Debêntures	IPCA	276.572	9.556	IPCA + 4.41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	542.381	31.546	IPCA + 5.9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	439.741	3.021	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	204.167	1.417	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	485.891	15.365	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	279.830	6.224	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	9ª Debêntures	CDI	447.704	5.270	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	CCB Bradesco	CDI	99.625	1.171	CDI + 2,55%	-	Abr/2021	Bullet	1
	CCB citibank	CDI	348.248	4.099	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	SWAP - CITIBANK*	CDI	351.390	0	106.0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	CDI	106.368	0	3,995%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	106.367	0	3,99%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	53.302	0	3,94%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	53.176	0	3,91%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	52.336	0	3,66%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	54.662	0	3,59%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
	FINAME	pré-fix	189	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	6.346	7	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	11.422	14	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	224	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	6.116	6	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	220.026	14.190	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	543.929	14.177	4,8295%.a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	58.381	486	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES	Selic	1.583	3	SELIC + 3.76%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES	TJLP	1.623	7	TJLP + 5.20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	34	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	395	1	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	7.768	16	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	4ª Debêntures	CDI	4.674	20	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.970	46	116% CDI	-	Set/2021	Bullet	1
	6ª Debêntures	CDI	17.117	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	27.703	5	113.53 % CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.640	2.280	108.60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
EBTE	1st Debentures	CDI	48.970	9	113.83% CDI	-	jun/23	Mensal	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.792	7.276	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	13.297	2	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.506	161	108,60% CDI	-	Jul/2024	Semestral	2
ENTE	2ª Debêntures	CDI	7.291	32	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	24.889	422	108.60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
ETEP	2ª Debêntures	CDI	2.028	9	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures	CDI	16.461	3	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	5.209	17	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	2.895	4	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	194.928	6.140	4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSESTE	BDMG	pré-fix	6.202	31	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.941	40	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	1.746	8	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	2ª Debêntures	CDI	16.152	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	6	0	4,50%	-	Jul/2020	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	4.610	7	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	895	24	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	2.122	91	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	11.786	2	107.75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.635	51	6,0% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	14.833	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	787.329	20.336	4,8892% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			8.038.509	197.093					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 6M20, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 695,3 MM contra R\$ 197,9 MM investidos no 6M19, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 497,4 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores investimentos em quase todos os projetos (exceto Miracema, EDTE e Mariana), com destaque para Janaúba, que registrou um aumento de R\$ 347,7 MM entre 6M20 e 6M19.

Projetos em construção

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)							6M20	TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	17.446	161.983	
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	268.565	
Janaúba				10.190	30.741	116.074	357.388	514.393	
Aimorés				3.923	3.638	65.877	58.290	131.728	
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	91.128	212.337	
Ivaí				8.662	12.740	46.190	83.551	151.144	
ESTE				868	4.546	6.243	52.231	63.887	
EDTE					14.635	175.155	1.837	191.626	
Sant'Ana						32.172	33.425	65.597	
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	695.295	1.761.260	

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia. O ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 6 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 4.844 MM e uma RAP de R\$ 875 MM (ciclo 2020-2021). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.206,9 MM com uma RAP proporcional de R\$ 567,5 MM. Vale destacar que 3 empreendimentos, Miracema, EDTE e Mariana, e os reforços da Novatrans foram concluídos recentemente, passando a adicionar para Taesa uma RAP total de R\$ 142,0 MM – ciclo 2020-2021 (vide seção 3.1 para maiores detalhes).

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2020-21) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	16,4	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	59,7	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	66,0	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2º Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	114,4	486	fev/17	fev/22	Em andamento
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	197,7	960	fev/17	fev/22	Em andamento
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	80,9	341	fev/17	fev/22	Em andamento
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	120,7	510	fev/17	fev/22	Em andamento
	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	299,5	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	62,1	610	mar/19	mar/23	Em andamento
TOTAL		2.854 km		R\$ 1.017 MM	R\$ 5.595 MM			

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização concluída em 25 de maio de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo em 8 de junho de 2020, com data de entrada em operação comercial retroativa ao dia 4 de junho de 2020.
- Concessão em operação.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019. Energização dos demais trechos concluída em 29 de novembro de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Avanço físico em 19%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.

- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 57%.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 77%.

Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 80%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 39%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em 9 de abril de 2020.
- Licença de Instalação pendente referente à LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3, que representa aproximadamente um terço da extensão total das linhas de transmissão dessa concessão, com trâmite de liberação em curso.
- Avanço físico em 19%.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implementação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura, a fim de assegurar a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Assim, a Companhia vem avançando na comunicação de suas práticas relacionados aos temas Ambiental, Social e de Governança (ASG). Esse aperfeiçoamento visa criar iniciativas e identificar oportunidades de uma comunicação clara das atuações socioambientais e de governança vigentes da Taesa, além de buscar um avanço contínuo de melhores práticas ASG.

A Taesa se aprofundou no tema e elaborou um plano com o intuito de implementar melhores práticas ASG garantindo o desenvolvimento sustentável e da perenidade do seu negócio com o objetivo de se tornar uma empresa de referência em sustentabilidade do setor de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil. Assim, nasceu o Projeto Sustentabilidade que visa, principalmente, formalizar e inovar procedimentos ASG, dar maior transparência aos reportes socioambientais e criar iniciativas de melhoria contínua e inovação frente ao tema.

Dentre as melhorias implementadas, destacamos a divulgação do 12º Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental que apresentou uma importante evolução em relação às versões anteriores, e cuja estrutura foi pensada com base nos aspectos ASG, à luz da metodologia GRI. Adicionalmente, destacamos também a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas uma iniciativa que promove o diálogo entre empresas, corporações e órgãos da ONU sobre políticas de responsabilidade sociais e ambientais. Com isso, a Companhia assume a responsabilidade de contribuir pelo alcance da agenda global de sustentabilidade através da Agenda 2030, que tem como principal pilar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS.

A íntegra do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental traz as iniciativas implementadas pela Taesa no âmbito das práticas ASG, dentre elas:

- Emissão de 4 debêntures, com certificação *Green Bonds*;
- Projetos de Responsabilidade Social, com base nas leis de incentivo;
- Sistema de Gestão Ambiental: Programas Ambientais, Manual de Gestão Ambiental e Política de Saúde, Meio Ambiente e Segurança;
- Campanhas de Comunicação Social e Educação Ambiental;
- Projetos Voluntários;
- Certificação *Great Place to Work*.

Segue link para acesso ao 12º Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental da Taesa de 2019: https://ri.taesa.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Taesa_Relat%C3%B3rio-2019_digital_alta_site.pdf

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início deste ano foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;

- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Manutenção do home office para todos os colaboradores dos escritórios há 5 meses, com discussões iniciais para um gradual aos escritórios;
- Contratação de assessoria médica especializada para suportar os protocolos implementados e para retomadas das atividades;
- Suspensão de viagens (exceto O&M e Implementação) e reuniões presenciais;
- Monitoramento dos colaboradores com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco.

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Crise e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Plano de contingência para o Centro de Operação e Controle (COC-Taesa e COC-Backup);
- Utilização dos Decretos 10.282 e 10.292 – veda a restrição de circulação de trabalhadores para serviços públicos essenciais;
- Ação junto a ONS para programação de manutenções necessárias;
- Realização somente de intervenções com recursos locais;
- Medidas mais restritivas nas nossas frentes de O&M em função do relaxamento do isolamento em algumas cidades;
- Início do regime de confinamento dos operadores que atuam no Centro de Operação e Controle por serem essenciais para a operação do SIN;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,96% em 6M20);
- Em função do alongamento da crise e de decretos de alguns municípios impondo paralisações e isolamento social, há uma desaceleração no andamento das obras, porém trabalhamos na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos empreendimentos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – aumento no Capex de 251,4% entre 6M20 e 6M19).

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Sólida posição de liquidez atual (R\$ 2,2 bilhão em caixa) e adequado nível de alavancagem (3,3x dívida líquida / EBITDA);
- Captação de R\$ 900 milhões realizada em abril para reforçar a posição de caixa:
 - ✓ 9ª emissão de debêntures no valor de R\$ 450 milhões, 2 anos bullet a CDI + 2,85%;
 - ✓ Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$ 350 milhões, 2 anos bullet a CDI + 2,85%;
 - ✓ Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$ 100 milhões, 1 ano bullet a CDI + 2,5505%;
- 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados;
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico com avaliação de alternativas para garantir liquidez de curto prazo.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS					
R\$ MM					2T20
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV
NOVATRANS	44,6	26,1	0,5	31,4	(0,4)
TSN	15,2	10,7	0,5	58,6	(2,2)
MUNIRAH	1,4	0,9	0,2	3,9	-
GTESA	0,6	0,5	-	0,6	-
PATESA	1,9	2,1	0,0	1,3	-
ETEO	8,9	7,8	-	11,9	(0,1)
NTE	10,6	6,5	0,0	9,7	0,1
STE	6,4	5,5	0,0	4,2	-
ATE	12,4	11,3	0,0	7,4	(0,0)
ATE II	16,9	17,2	0,0	16,7	(0,1)
ATE III	8,5	(2,8)	0,0	11,2	0,0
ETAU	1,9	1,9	-	2,3	(0,0)
BRASNORTE	5,7	(1,3)	-	0,6	(0,1)
SÃO GOTARDO	0,8	(0,4)	-	0,2	0,0
SÃO JOÃO	8,2	(2,6)	-	1,8	-
SÃO PEDRO	7,1	(2,6)	11,3	1,5	(0,1)
LAGOA NOVA	2,6	(0,8)	-	0,4	(0,0)
MARIANA	0,2	(0,1)	-	-	-
MIRACEMA	12,2	(3,1)	-	3,6	(0,2)
JANAÚBA	-	-	389,4	-	-
SANT'ANA	-	-	22,0	-	-
AIMORÉS	-	-	35,2	-	-
PARAGUAÇÚ	-	-	55,3	-	-
IVAI	-	-	79,7	-	-
EATE	13,8	19,3	-	5,3	(0,1)
EBTE	4,1	(2,1)	-	2,2	(0,0)
ECTE	1,1	1,6	-	0,4	-
EDTE	7,3	(6,2)	-	1,0	-
ENTE	7,4	11,2	-	2,7	(0,1)
ERTE	1,8	3,0	-	1,0	(0,0)
ESDE	1,0	(0,4)	-	0,3	0,0
ESTE	-	-	73,3	-	-
ETEP	2,9	4,0	-	1,7	-
ETSE	0,6	(0,3)	-	0,1	(0,0)
LUMITRANS	0,8	1,4	-	0,4	-
STC	1,0	(0,4)	-	0,7	0,0
TRANSIRAPE	1,6	1,7	-	0,5	(0,1)
TRANSLESTE	2,1	1,8	-	0,4	(0,6)
TRANSUDESTE	1,3	1,4	-	0,4	-
Total	212,7	112,6	667,4	184,5	(4,0)

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM								
Concessão	Taxa Anual	Ativo Contratual 1T20	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 2T20
NOVATRANS	10,3%	1.207,2	44,6	26,1	0,5	31,4	(82,7)	1.227,0
TSN	10,8%	603,6	15,2	10,7	0,5	58,6	(76,3)	612,3
MUNIRAH	12,4%	48,2	1,4	0,9	0,2	3,9	(10,2)	44,4
GTESA	11,1%	23,6	0,6	0,5	-	0,6	(1,4)	23,9
PATESA	7,7%	104,1	1,9	2,1	0,0	1,3	(4,5)	104,9
ETEO	10,4%	353,0	8,9	7,8	-	11,9	(24,7)	356,7
NTE	15,0%	301,7	10,6	6,5	0,0	9,7	(21,6)	306,9
STE	10,4%	255,8	6,4	5,5	0,0	4,2	(12,2)	259,7
ATE	9,6%	542,0	12,4	11,3	0,0	7,4	(41,8)	531,3
ATE II	8,5%	829,2	16,9	17,2	0,0	16,7	(64,7)	815,3
ATE III ¹	6,7%	524,2	8,5	(2,8)	0,0	11,2	(34,7)	506,4
ETAU	3,5%	66,7	1,9	1,9	-	2,3	(12,0)	60,8
BRASNORTE	11,0%	212,2	5,7	(1,3)	-	0,6	(7,0)	210,2
SÃO GOTARDO ¹	5,0%	66,7	0,8	(0,4)	-	0,2	(1,4)	65,9
SÃO JOÃO ¹	6,0%	555,1	8,2	(2,6)	-	1,8	(12,3)	550,1
SÃO PEDRO ¹	6,3%	465,4	7,1	(2,6)	11,3	1,5	(10,0)	472,6
LAGOA NOVA ¹	9,2%	120,6	2,6	(0,8)	-	0,4	(3,1)	119,7
MARIANA ¹²	4,7%	185,3	0,2	(0,1)	-	-	(0,2)	185,2
MIRACEMA ¹²	9,9%	514,4	12,2	(3,1)	-	3,6	(16,8)	510,4
JANAÚBA ¹²	10,0%	596,6	-	-	389,4	-	-	986,0
SANT'ANA ¹²	8,0%	50,2	-	-	22,0	-	-	72,2
AIMORÉS ¹²	10,0%	204,8	-	-	35,2	-	-	240,0
PARAGUAÇÚ ¹²	10,0%	322,5	-	-	55,3	-	-	377,8
IVAÍ ¹²	10,0%	166,1	-	-	79,7	-	-	245,8
EATE	6,6%	858,3	13,8	19,3	-	5,3	(30,6)	866,1
EBTE ¹	4,4%	377,2	4,1	(2,1)	-	2,2	(8,8)	372,5
ECTE	6,3%	72,8	1,1	1,6	-	0,4	(2,5)	73,4
EDTE ¹²	10,2%	305,1	7,3	(6,2)	-	1,0	(9,5)	297,6
ENTE	6,0%	516,6	7,4	11,2	-	2,7	(25,5)	512,41
ERTE	5,3%	135,5	1,8	3,0	-	1,0	(4,9)	136,3
ESDE ¹	6,6%	64,0	1,0	(0,4)	-	0,3	(1,7)	63,3
ESTE ¹²	10,0%	33,6	-	-	73,3	-	-	106,9
ETEP	6,4%	184,2	2,9	4,0	-	1,7	(6,9)	185,9
ETSE ¹	5,6%	46,2	0,6	(0,3)	-	0,1	(1,0)	45,7
LUMITRANS	5,1%	66,9	0,8	1,4	-	0,4	(3,0)	66,5
STC ¹	4,9%	81,3	1,0	(0,4)	-	0,7	(3,6)	79,0
TRANSIRAPE	7,7%	83,7	1,555	1,738	-	0,493	(3,5)	84,0
TRANSLESTE	10,5%	85,4	2,126	1,842	-	0,402	(5,6)	84,1
TRANSUDESTE	8,0%	65,9	1,280	1,431	-	0,354	(3,5)	65,5
Total		11.295,6	212,7	112,6	667,4	184,5	(548,1)	11.924,8

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

5.3. DRE 2T20

DRE

	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	2T20	2T19	Var	2T20	2T19	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	431.319	403.978	6,8%
Operação e manutenção	165.059	146.113	13,0%	-	-	0,0%	
Remuneração do ativo contratual de concessão	164.096	124.736	31,6%	-	-	0,0%	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	74.367	114.140	-34,8%	-	-	0,0%	
Receita de Implementação de Infraestrutura	424.016	88.746	377,8%	-	-	0,0%	
Outras receitas operacionais	6.033	2.372	154,4%	-	268	323	-16,9%
Parcela variável	(3.125)	(3.184)	-1,9%	-	(3.125)	(3.184)	-1,9%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	830.446	472.922	75,6%		428.462	401.117	6,8%
PIS e COFINS	(56.492)	(24.872)	127,1%	-	(24.436)	(20.374)	19,9%
ISS	(94)	(43)	118,2%	-	(94)	(43)	118,2%
ICMS	(39)	(27)	42,8%	-	(39)	(27)	42,8%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(18.167)	(20.483)	-11,3%	-	(18.167)	(20.483)	-11,3%
Outras deduções	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Deduções da receita operacional bruta	(74.792)	(45.425)	64,6%		(42.736)	(40.927)	4,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	755.654	427.497	76,8%		385.726	360.190	7,1%
Pessoal	(41.120)	(29.831)	37,8%	-	(41.120)	(29.831)	37,8%
Material	(249.797)	(63.068)	296,1%	-	(774)	(679)	13,9%
Serviços de terceiros	(20.041)	(15.491)	29,4%	-	(20.041)	(15.491)	29,4%
Outras despesas operacionais	(4.717)	(2.796)	68,7%	-	(6.952)	(4.804)	44,7%
Custos e Despesas	(315.675)	(111.185)	183,9%		(68.888)	(50.804)	35,6%
Depreciação e amortização	(4.045)	(3.198)	26,5%	-	(60.549)	(48.348)	25,2%
Custos, Despesas e D&A	(319.720)	(114.383)	179,5%		(129.437)	(99.152)	30,5%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	9.812	-100,0%	-	-	-	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	435.934	322.925	35,0%		256.289	261.037	-1,8%
Resultado de equivalência patrimonial	125.893	96.165	30,9%	-	57.537	58.211	-1,2%
Renda de aplicação financeira	9.340	24.849	-62,4%	-	9.340	24.849	-62,4%
Despesas financeiras	(37.797)	(96.445)	-60,8%	-	(37.078)	(95.706)	-61,3%
Empréstimos e financiamentos	(31.239)	1.633	-	-	(31.241)	1.633	-
- Juros incorridos	(8.450)	(4.252)	98,7%	-	(8.453)	(4.252)	98,8%
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
- Variação cambial	(27.823)	10.254	-	-	(27.823)	10.254	-
- Ajuste ao valor justo	5.034	(4.369)	-	-	5.034	(4.369)	-
Instrumentos financeiros derivativos	37.890	(8.207)	-	-	37.890	(8.207)	-
- Juros incorridos	2.655	(2.323)	-	-	2.655	(2.323)	-
- Variação cambial	27.823	(10.254)	-	-	27.823	(10.254)	-
- Ajuste ao valor justo	7.412	4.369	69,7%	-	7.413	4.369	69,7%
Debêntures	(39.155)	(84.328)	-53,6%	-	(39.153)	(84.328)	-53,6%
- Juros incorridos	(67.650)	(49.944)	35,5%	-	(67.648)	(49.944)	35,4%
- Variações monetárias	28.495	(34.384)	-	-	28.495	(34.384)	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(719)	(739)	-2,7%	-	-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.575)	(4.803)	-4,8%	-	(4.575)	(4.803)	-4,8%
Resultado financeiro	(28.457)	(71.596)	-60,3%		(27.738)	(70.857)	-60,9%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	533.370	347.495	53,5%		286.088	248.392	15,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(95.522)	(40.071)	138,4%	-	(28.477)	(24.576)	15,9%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	437.848	307.424	42,4%		257.611	223.815	15,1%
EBITDA	439.979	316.312	39,1%		316.838	309.385	2,4%
Margem EBITDA	58,2%	74,0%	-15,8 pp		82,1%	85,9%	-3,8 pp

5.4. DRE TAESA 6M20

DRE

	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	6M20	6M19	Var	6M20	6M19	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		(0)	0	-	850.012	805.949	5,5%
Operação e manutenção		326.311	292.031	11,7%	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão		312.977	249.476	25,5%	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		199.970	111.760	78,9%	-	-	0,0%
Receita de Implementação de Infraestrutura		739.407	200.513	268,8%	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais		20.051	5.008	300,4%	518	712	-27,1%
Parcela variável		(9.484)	(2.315)	309,6%	(9.484)	(2.315)	309,6%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.589.232	856.473	85,6%	841.047	804.346	4,6%
PIS e COFINS		(107.021)	(45.644)	134,5%	(46.372)	(40.413)	14,7%
ISS		(185)	(88)	111,1%	(185)	(88)	111,6%
ICMS		(39)	(27)	42,1%	(39)	(27)	42,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(35.917)	(40.967)	-12,3%	(35.917)	(40.967)	-12,3%
Outras deduções		-	-	0,0%	-	-	0,0%
Deduções da receita operacional bruta		(143.161)	(86.727)	65,1%	(82.514)	(81.496)	1,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.446.071	769.746	87,9%	758.532	722.850	4,9%
Pessoal		(79.725)	(62.572)	27,4%	(79.725)	(62.572)	27,4%
Material		(444.648)	(126.538)	251,4%	(1.094)	(734)	49,0%
Serviços de terceiros		(34.346)	(27.221)	26,2%	(34.347)	(27.221)	26,2%
Outras despesas operacionais		(9.480)	(8.020)	18,2%	(13.878)	(12.035)	15,3%
Custos e Despesas		(568.199)	(224.351)	153,3%	(129.044)	(102.562)	25,8%
Depreciação e amortização		(7.491)	(6.584)	13,8%	(117.657)	(96.026)	22,5%
Custos, Despesas e D&A		(575.690)	(230.934)	149,3%	(246.701)	(198.588)	24,2%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	9.812	-100,0%	-	-	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		870.381	548.623	58,6%	511.831	524.262	-2,4%
Resultado de equivalência patrimonial		271.014	124.601	117,5%	98.085	98.496	-0,4%
Renda de aplicação financeira		22.296	40.741	-45,3%	22.296	40.741	-45,3%
Despesas financeiras		(185.612)	(176.515)	5,2%	(184.163)	(175.013)	5,2%
Empréstimos e financiamentos		(145.360)	(5.132)	2732,2%	(145.360)	(5.132)	2732,2%
- Juros incorridos		(11.798)	(8.098)	45,7%	(11.800)	(8.098)	45,7%
- Variações monetárias		-	-	0,0%	-	-	0,0%
- Variação cambial		(139.103)	1.045	-	(139.103)	1.045	-
- Ajuste ao valor justo		5.542	1.921	188,5%	5.542	1.921	188,5%
Instrumentos financeiros derivativos		130.350	(7.624)	-	130.350	(7.624)	-
- Juros incorridos		(3.211)	(4.658)	-31,1%	(3.211)	(4.658)	-31,1%
- Variação cambial		139.103	(1.045)	-	139.103	(1.045)	-
- Ajuste ao valor justo		(5.542)	(1.921)	188,5%	(5.542)	(1.921)	188,5%
Debêntures		(160.343)	(155.400)	3,2%	(160.340)	(155.400)	3,2%
- Juros incorridos		(134.206)	(89.787)	49,5%	(134.206)	(89.787)	49,5%
- Variações monetárias		(26.135)	(65.612)	-60,2%	(26.135)	(65.612)	-60,2%
Despesa Financeira – Arrendamento		(1.448)	(1.502)	-3,6%	-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(8.814)	(6.857)	28,5%	(8.814)	(6.857)	28,5%
Resultado financeiro		(163.316)	(135.774)	20,3%	(161.868)	(134.272)	20,6%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		978.079	537.450	82,0%	448.049	488.486	-8,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social		(176.044)	(70.445)	149,9%	(51.196)	(79.582)	-35,7%
RESULTADO DO EXERCÍCIO		802.035	467.005	71,7%	396.852	408.905	-2,9%
EBITDA		877.872	545.396	61,0%	629.489	620.288	1,5%
Margem EBITDA		60,7%	70,9%	-10,1 pp	83,0%	85,8%	-2,8 pp

5.5. DRE IFRS 2T20 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE IFRS	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		790	-	-	-	-	-
Operação e manutenção		2.348	15.803	-	-	-	1.249
Remuneração do ativo contratual de concessão		1.185	43.171	-	-	-	4.961
Correção monetária do ativo contratual de concessão		1.897	30.957	-	-	-	5.011
Receita de Implementação de Infraestrutura		-	71.903	35.211	55.251	79.667	-
Outras receitas operacionais		1.070	2.996	-	-	-	1.824
Parcela variável		(0)	(148)	-	-	-	(691)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		7.290	164.682	35.211	55.251	79.667	12.353
PIS e COFINS		(272)	(10.537)	(3.257)	(5.111)	(7.369)	(442)
ISS		-	-	-	-	-	-
ICMS		-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(413)	(3.654)	-	-	-	(510)
Outras deduções		-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(685)	(14.191)	(3.257)	(5.111)	(7.369)	(952)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		6.605	150.491	31.954	50.140	72.298	11.402
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal		(170)	(4.726)	(41)	(111)	(181)	(1.204)
Material		(393)	(45.242)	(18.180)	(29.125)	(49.189)	240
Serviços de terceiros		(1.214)	(3.742)	(45)	(45)	(60)	(741)
Outras despesas operacionais		19	(1.144)	(4)	(4)	(4)	31
Custos e Despesas		(1.758)	(54.855)	(18.269)	(29.285)	(49.434)	(1.673)
Depreciação e amortização		(71)	(25)	(11)	(14)	(12)	(4)
Custos, Despesas e D&A		(1.829)	(54.880)	(18.280)	(29.299)	(49.447)	(1.678)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.775	95.611	13.673	20.841	22.851	9.724
Resultado de equivalência patrimonial		-	1.468	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		67	484	41	26	4.818	91
Despesas financeiras		(183)	(4.853)	(2)	(2)	(5.724)	(710)
Juros incorridos		(156)	(4.223)	-	-	-	(681)
Variações monetárias e cambiais		(13)	(556)	-	-	-	(11)
Ajuste ao valor justo		-	-	-	-	-	-
Arrendamento		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(14)	(74)	(2)	(2)	(5.724)	(17)
Resultado financeiro		(116)	(4.368)	39	24	(907)	(619)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		4.659	92.711	13.712	20.865	21.945	9.105
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.585)	(20.603)	(4.614)	(7.047)	(2.782)	(460)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		3.075	72.108	9.098	13.817	19.163	8.646
EBITDA		4.846	95.636	13.685	20.856	22.864	9.728
Margem EBITDA		73,4%	63,5%	42,8%	41,6%	31,6%	85,3%

5.6. DRE IFRS 6M20 (Subsidiárias)

DRE IFRS	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		3.142	-	-	-	-	-
Operação e manutenção		4.281	31.281	-	-	-	2.498
Remuneração do ativo contratual de concessão		2.172	83.382	-	-	-	9.968
Correção monetária do ativo contratual de concessão		3.615	92.625	-	-	-	10.179
Receita de Implementação de Infraestrutura		-	104.265	107.903	165.312	135.065	-
Outras receitas operacionais		1.946	5.276	-	-	-	2.190
Parcela variável		(1)	(309)	-	-	-	(691)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		15.156	316.519	107.903	165.312	135.065	24.143
PIS e COFINS		(553)	(19.487)	(9.981)	(15.291)	(12.493)	(863)
ISS		-	-	-	-	-	-
ICMS		-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(826)	(7.237)	-	-	-	(1.018)
Outras deduções		-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(1.378)	(26.724)	(9.981)	(15.291)	(12.493)	(1.881)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		13.778	289.795	97.922	150.020	122.571	22.262
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal		(231)	(10.133)	(152)	(279)	(368)	(1.669)
Material		(91)	(55.399)	(58.290)	(91.128)	(83.551)	(41)
Serviços de terceiros		(2.338)	(6.691)	(124)	(122)	(193)	(1.496)
Outras despesas operacionais		13	(2.170)	(11)	(12)	(13)	(73)
Custos e despesas		(2.646)	(74.393)	(58.577)	(91.541)	(84.126)	(3.280)
Depreciação e amortização		(283)	(73)	(22)	(28)	(24)	(27)
Custos, Despesas e D&A		(2.929)	(74.466)	(58.599)	(91.569)	(84.150)	(3.307)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		10.848	215.328	39.324	58.451	38.422	18.955
Resultado de equivalência patrimonial		-	2.188	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		124	1.380	112	164	11.451	100
Despesas financeiras		(549)	(11.483)	(15)	(20)	(25.788)	(1.600)
Juros incorridos		(492)	(10.285)	-	-	-	(1.542)
Variações monetárias e cambiais		(25)	(125)	-	-	-	(28)
Ajuste ao valor justo		-	-	-	-	-	-
Arrendamento		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(31)	(1.073)	(15)	(20)	(25.788)	(30)
Resultado financeiro		(425)	(10.102)	97	144	(14.338)	(1.500)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		10.423	207.414	39.421	58.596	24.084	17.455
Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.528)	(40.249)	(13.403)	(19.922)	(8.188)	(924)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		6.895	167.165	26.018	38.673	15.895	16.531
EBITDA		11.131	215.402	39.346	58.479	38.445	18.982
Margem EBITDA		80,8%	74,3%	40,2%	39,0%	31,4%	85,3%

5.7. DRE Regulatório 2T20 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	9.659	99.887	-	-	-	14.371
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(0)	(148)	-	-	-	(691)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.658	99.739	-	-	-	13.680
PIS e COFINS	(360)	(4.766)	-	-	-	(474)
ISS	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(413)	(3.654)	-	-	-	(510)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(773)	(8.420)	-	-	-	(984)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.886	91.319	-	-	-	12.696
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(170)	(4.726)	(41)	(111)	(181)	(1.204)
Material	(3)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.214)	(3.742)	(51)	(51)	(66)	(741)
Outras despesas operacionais	19	(1.144,058)	(4)	(4)	(4)	31
Custos e Despesas	(1.368)	(9.613)	(96)	(167)	(252)	(1.914)
Depreciação e amortização	(869)	(11.355)	(5)	(8)	(6)	(1.274)
Custos, Despesas e D&A	(2.237)	(20.968)	(101)	(175)	(258)	(3.188)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6.648	70.351	(101)	(175)	(258)	9.508
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.184	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	67	484	41	26	4.818	91
Despesas financeiras	(183)	(4.853)	(1)	(1)	(5.724)	(710)
Juros incorridos	(156)	(4.223)	-	-	-	(681)
Variações monetárias e cambiais	(13)	(556)	-	-	-	(11)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(14)	(74)	-	-	-	(17)
Resultado financeiro	(116)	(4.368)	40	24	(906)	(619)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6.532	67.167	(61)	(151)	(1.164)	8.889
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.221)	(7.383)	-	-	-	(424)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.311	59.784	(61)	(151)	(1.164)	8.465
EBITDA	7.517	81.706	(96)	(167)	(252)	10.782
Margem EBITDA	84,6%	89,5%	-	-	-	84,9%

5.8. DRE Regulatório 6M20 (Subsidiárias)

DRE Regulatório	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	19.307	196.542	-	-	-	27.284
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(1)	(309)	-	-	-	(691)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	19.306	196.233	-	-	-	26.592
PIS e COFINS	(745)	(9.298)	-	-	-	(964)
ISS	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(826)	(7.237)	-	-	-	(1.018)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(1.570)	(16.535)	-	-	-	(1.982)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.736	179.698	-	-	-	24.610
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(231)	(10.133)	(152)	(279)	(368)	(1.669)
Material	(6)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(2.338)	(6.691)	(137)	(135)	(206)	(1.496)
Outras despesas operacionais	13	(2.170)	(11)	(12)	(13)	(73)
Custos e despesas	(2.562)	(18.994)	(300)	(426)	(588)	(3.239)
Depreciação e amortização	(1.739)	(22.475)	(11)	(17)	(12)	(2.527)
Custos, Despesas e D&A	(4.301)	(41.469)	(311)	(443)	(600)	(5.766)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	13.435	138.229	(311)	(443)	(600)	18.844
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.008	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	124	1.380	112	164	11.451	100
Despesas financeiras	(549)	(11.483)	(12)	(17)	(25.785)	(1.600)
Juros incorridos	(492)	(10.285)	-	-	-	(1.542)
Variações monetárias e cambiais	(25)	(125)	-	-	-	(28)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(31)	(1.073)	-	-	-	(30)
Resultado financeiro	(425)	(10.102)	100	147	(14.335)	(1.500)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	13.010	130.134	(210)	(296)	(14.935)	17.344
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.408)	(14.414)	-	-	-	(848)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.602	115.721	(210)	(296)	(14.935)	16.496
EBITDA	15.174	160.704	(300)	(426)	(588)	21.371
Margem EBITDA	85,6%	89,4%	-	-	-	86,8%

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

	R\$ MM	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Lucro Líquido		437,8	307,4	42,4%	802,0	467,0	71,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social		95,5	40,1	138,4%	176,0	70,4	149,9%
Despesas Financeiras Líquidas		28,5	71,6	-60,3%	163,3	135,8	20,3%
Depreciação e Amortização		4,0	3,2	26,5%	7,5	6,6	13,8%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	(9,8)	0,0%	-	(9,8)	0,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(125,9)	(96,2)	30,9%	(271,0)	(124,6)	117,5%
EBITDA		440,0	316,3	39,1%	877,9	545,4	61,0%
Margem EBITDA		58,2%	74,0%	-15,8 bps	60,7%	70,9%	-10,1 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

	R\$ MM	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Lucro Líquido		257,6	223,8	15,1%	396,9	408,9	-2,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social		28,5	24,6	15,9%	51,2	79,6	-35,7%
Despesas Financeiras Líquidas		27,7	70,9	-60,9%	161,9	134,3	20,6%
Depreciação e Amortização		60,5	48,3	25,2%	117,7	96,0	22,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(57,5)	(58,2)	-1,2%	(98,1)	(98,5)	-0,4%
EBITDA		316,8	309,4	2,4%	629,5	620,3	1,5%
Margem EBITDA		82,1%	85,9%	-3,8 pp	83,0%	85,8%	-2,8 pp

5.10. Balanço Patrimonial

	R\$ mil	2T20	
		IFRS	Ajustes Regulatório
Balanço Patrimonial			
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.524.256	-	1.524.256
Títulos e Valores Mobiliários	681.323	-	681.323
Clientes	144.561	(15.102)	159.663
Ativo contratual de concessão	997.625	997.625	-
Impostos e contribuições sociais	110.680	-	110.680
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	226.793	-	226.793
Estoque	11.168	-	11.168
Outras contas a receber	144.882	-	144.882
Total do Ativo Circulante	3.841.299	982.523	2.858.776
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	9.418	-	9.418
Ativo contratual de concessão	6.963.226	6.963.226	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(10.915)	10.915
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	2.314.905	675.167	1.639.738
Cientes	19.572	-	19.572
Depósitos judiciais	35.613	-	35.613
Instrumentos financeiros derivativos	177.590	-	177.590
Outras contas a receber	35.585	-	35.585
Imobilizado	22.952	(5.790.030)	5.812.982
Intangível	82.880	(187.005)	269.885
Direito de uso	32.419	32.419	-
Total do Ativo Não Circulante	9.694.160	1.682.862	8.011.298
Total do Ativo	13.535.459	2.665.385	10.870.074
Passivos			
Fornecedores	59.420	-	59.420
Impostos e contribuições sociais	45.519	-	45.519
Empréstimos e financiamentos	115.411	-	115.411
Debêntures	801.140	-	801.140
Passivo de arrendamento	8.558	8.558	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	13	-	13
Taxas regulamentares	65.237	-	65.237
Outras contas a pagar	92.480	40.627	51.853
Total do Passivo Circulante	1.187.778	49.185	1.138.593
Empréstimos e financiamentos	949.904	-	949.904
Debêntures	4.933.448	-	4.933.448
Passivo de arrendamento	26.074	26.074	-
Instrumentos financeiros derivativos	26.210	-	26.210
Impostos e contribuições diferidos	494.669	411.240	83.429
Tributos diferidos	435.792	435.792	-
Provisão para contingências	36.409	2.594	33.815
Provisão para desmobilização de ativos	461	461	-
Obrigações especiais	-	(11.714)	11.714
Fornecedores	7.855	-	7.855
Outras contas a pagar	24.447	-	24.447
Total do Passivo Não Circulante	6.935.269	864.447	6.070.822
Patrimônio Líquido	-	-	-
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	1.224.261	-	1.224.261
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.937)	-	(12.937)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(241.718)	-	(241.718)
Prejuízos acumulados	-	1.342.341	(1.342.341)
Resultado do período	802.035	405.183	396.852
Atribuído a participação dos acionistas controladores	5.412.412	1.751.753	3.660.659
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	5.412.412	1.751.753	3.660.659
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	13.535.459	2.665.385	10.870.074

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	IFRS	
	R\$ mil	2T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		802.035
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial	(271.014)	
Depreciação e amortização	3.883	
Amortização de direito de uso	3.608	
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	5.367	
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-	
Receita de aplicações financeiras	(22.296)	
Custo Implementação - provisão fornecedores	430.227	
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	145.359	
Juros e variações monetárias sobre debêntures	160.339	
Juros passivo de arrendamento	1.448	
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(130.350)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.093	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	157.951	
Tributos diferidos	60.648	
Remuneração do ativo contratual de concessão	(312.977)	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(199.970)	
Receita de Implementação de Infraestrutura	(739.407)	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	
Provisão (Reversão) para parcela variável	(1.793)	
	111.151	
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(7.937)	
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	504.169	
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(6.482)	
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-	
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-	
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(92.296)	
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(457.427)	
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(4.796)	
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(9.215)	
Dividendos recebidos das controladas	-	
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	65.825	
	(8.159)	
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		102.992
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.971)	
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		86.021
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTM e outros investimentos	1.719.033	
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(8.189)	
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(765.131)	
Aquisição de controladas em conjunto	-	
Aquisição de coligadas	-	
Aumento de capital em controladas em conjunto	(169.000)	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		776.713
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	447.133	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(246.422)	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(7.404)	
Captação de debêntures	724.546	
Pagamento de debêntures - principal	-	
Pagamento de debêntures - juros	(30.911)	
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(7.537)	
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	7.436	
Pagamento de passivo de arrendamento	(4.403)	
Aquisição de Participação de Controlada	-	
Pagamento de dividendos e JCP	(303.478)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	
Aumento de capital	-	
Outros	-	
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		578.960
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.441.694
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	82.562	
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.524.256	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.441.694

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	Regulatório	
	R\$ mil	2T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		396.852
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial		(98.085)
Depreciação e amortização		117.657
Amortização de direito de uso		-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		5.367
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		-
Receita de aplicações financeiras		(22.296)
Custo Implementação - provisão fornecedores		-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ		145.359
Juros e variações monetárias sobre debêntures		160.339
Juros passivo de arrendamento		-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		(130.350)
Imposto de renda e contribuição social correntes		18.093
Imposto de renda e contribuição social diferidos		33.102
Tributos diferidos		-
Remuneração do ativo contratual de concessão		-
Correção monetária do ativo contratual de concessão		-
Receita de Implementação de Infraestrutura		-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-
Provisão (Reversão) para parcela variável		(1.793)
		624.245
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(7.937)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		(6.482)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		(92.296)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(27.200)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		(4.796)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		(9.215)
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		65.825
		(82.101)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		542.144
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.971)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		525.173
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		1.719.033
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(451.744)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		(765.131)
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(169.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		333.158
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos		447.133
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(246.422)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(7.404)
Captação de debêntures		724.546
Pagamento de debêntures - principal		-
Pagamento de debêntures - juros		(30.911)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(7.537)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		7.436
Pagamento de passivo de arrendamento		-
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		(303.478)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		583.363
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.441.694
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		82.562
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.524.256
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.441.694

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.